

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	1
CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS .....	4
1.1 Objetivo Social.....	4
1.2 Participações societárias.....	4
1.3 Concessões das operações.....	9
2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS .....	9
2.1 Base de Preparação .....	9
2.2 Consolidação .....	12
2.3 Conversão de moeda estrangeira .....	13
2.4 Caixa e equivalentes de caixa .....	14
2.5 Ativos financeiros .....	14
2.5.1 Classificação .....	14
2.5.2 Reconhecimento e mensuração .....	15
2.5.3 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) .....	15
2.6 Instrumentos financeiros derivativos .....	16
2.7 Contas a receber .....	16
2.8 Estoques.....	16
2.9 Ativos Mantidos para Venda.....	17
2.10 Contrato de concessão (ativo intangível de concessão e ativo financeiro indenizável) .....	17
2.11 Intangível.....	17
2.12 Ativo imobilizado .....	18
2.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.....	18
2.14 Passivos financeiros.....	19
2.15 Contas a pagar aos fornecedores.....	19
2.16 Empréstimos e financiamentos.....	19
2.17 Provisões .....	19
2.18 Benefícios a empregados .....	20
2.19 Obrigações Tributárias .....	20
2.20 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) .....	21
2.21 Outros ativos e passivos.....	21
2.22 Capital Social.....	21
2.23 Reconhecimento de Receita.....	21
2.24 Receitas e despesas financeiras .....	22
2.25 Informações por segmento de negócios.....	23
2.26 Novas normas e interpretações ainda não adotadas.....	23
3 REAPRESENTAÇÃO DAS CIFRAS COMPARATIVAS - Correção de erros e reclassificações .....	25
4 GESTÃO DE RISCO .....	31
4.1 Fatores de risco.....	31

4.2	Gestão de capital.....	35
4.3	Estimativa do valor justo .....	36
5	CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	38
6	CONTAS A RECEBER.....	38
7	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS .....	40
8	DEMAIS CRÉDITOS.....	41
9	APLICAÇÕES FINANCEIRAS .....	42
10	DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS.....	43
11	ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA.....	43
12	ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL.....	43
13	INVESTIMENTOS.....	45
14	INTANGÍVEL .....	47
15	IMOBILIZADO .....	48
16	FORNECEDORES .....	49
17	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS .....	49
18	ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	51
19	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....	52
20	BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO.....	53
21	PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS .....	58
22	DEMAIS OBRIGAÇÕES.....	60
23	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	60
24	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO .....	62
25	DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO .....	64
26	LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO.....	66
27	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	67
28	SEGUROS .....	69

## CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

### 1.1 Objetivo Social

A Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia” ou “CEB”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com sua sede social localizada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, controlada pelo Governo do Distrito Federal e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A CEB tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração direta ou indireta, conforme o caso, de serviços e energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2012.

### 1.2 Participações societárias

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme a seguir:

Empresa	Atividade	2011	2010
<b>Participações diretas</b>			
Em controladas			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100%	100%
CEB Geração S.A.	Geração	100%	100%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100%	100%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasiliense de Gás	Gás	17%	17%
Em controladas em conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em coligadas			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	39,07%	39,07%
<b>Participações indiretas</b>			
Em coligadas			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%

#### a) Controladas

- CEB Distribuição S.A. – A CEB Distribuição S.A. (“CEB-D”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, organizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, constituída em 20 de junho de 2005 e com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília - CEB.

A CEB-D é uma concessionária pública de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal. É detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com prazo de vencimento em 7 de julho de 2015, podendo ser prorrogado nos termos do referido contrato de concessão.

**(i) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB-D**

A controlada CEB-D vem apresentando deficiência de capital de giro e acumulando prejuízos. Os planos da Administração para manutenção das atividades da CEB-D consistem, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da CEB-D e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando. A Administração acredita que a execução de ações para a implementação dos referidos planos, associada ao apoio de seu controlador indireto, Governo do Distrito Federal, serão suficientes para a continuidade normal das operações no curto prazo e possibilitará colocar a CEB-D em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazos.

Foi elaborado um plano de recuperação da empresa, em conjunto com o quadro gerencial, e este plano tem sido acompanhado mensalmente pela Administração.

As despesas financeiras deverão ser reduzidas nos próximos exercícios, como consequência da capitalização da CEB-D, a ser realizado pelo controlador. Em 27 de setembro de 2011, a Companhia Energética de Brasília – CEB comunicou ao mercado fato relevante onde demonstra a determinação do Governo do Distrito Federal – GDF em capitalizar a controlada via contratação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essa operação envolve a aquisição de terreno referido na Nota Explicativa 11.a. Entretanto, a possível aquisição do terreno pelo GDF dependerá do desfecho final da operação de empréstimo junto ao BNDES, cuja carta consulta foi protocolada pelo GDF no dia 5 de janeiro de 2012.

Além das ações acima a CEB-D tem realizado uma agressiva política de cobrança junto aos devedores buscando reduzir substancialmente o seu contas a receber. Está em andamento ações em conjunto com a Secretaria da Fazenda para o reconhecimento das dívidas do GDF para com a CEB e após definido o montante atual da dívida buscar-se-á recursos e formas de pagamento.

As ações de cobrança judiciais tem sido monitoradas constantemente pelo jurídico buscando acelerar o andamento das ações e também a execução dos créditos quando for o caso.

Além dos fatos acima, foi determinado pela ANEEL uma capitalização pelo acionista majoritário na CEB-D no valor de R\$ 146 milhões, sendo que R\$25,5 milhões ocorreram em dezembro de 2011 e o restante deverá ocorrer em duas parcelas de R\$ 60,25 milhões programadas para junho e dezembro de 2012.

Por fim, em 2011 iniciou-se um programa de venda de imóveis não operacionais e esta política de vendas será intensificada em 2012 e nos próximos anos visando à redução do endividamento e também possibilitar a retomada dos investimentos com recursos próprios.

Este conjunto de ações com certeza contribuirá para a melhoria e o equilíbrio financeiro da controlada nos próximos anos.

## (ii) Compromisso de Subscrição de Ações

Em 23 de janeiro de 2006, foi firmado o instrumento particular “Compromisso de Subscrição de Ações” entre a Companhia Energética de Brasília – CEB e a CEB Distribuição S.A., com a participação da CEB Lajeado S.A. e do Distrito Federal na qualidade de Intervenientes Anuentes, estabelecendo que:

A CEB compromete-se a subscrever e a integralizar, até 31 de dezembro de 2012, prazo este alterado pela Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, número de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da CEB Distribuição S.A., correspondente ao valor histórico total de R\$ 142,7 milhões, atualizado para R\$ 146,0 milhões em 31 de dezembro de 2011.

A Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, previa o aporte inicial em dezembro de 2006. Esta Resolução foi alterado pela Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007. Entretanto, foi emitida nova Resolução Autorizativa de nº 3.254 que alterou novamente o cronograma de aportes, conforme valores atualizados mostrados a seguir:

<b>Anos dos Aportes</b>	<b>Valor</b>
Dezembro de 2011	20.000
Junho de 2012	62.979
Novembro de 2012	62.979
<b>Total</b>	<b>145.958</b>

Como garantia do aporte do valor total da subscrição, a CEB constituiu, em favor da CEB-D, penhor sobre 33.830.000 (trinta e três milhões, oitocentos e trinta mil) ações ordinárias da CEB Lajeado S.A., de sua propriedade, devendo o valor desta garantia ser reduzido na proporção em que forem acontecendo as integralizações.

O § 1º do Art. 5º da Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, determina que: “Dos recursos oriundos de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, relativos à CEB-D, no mínimo, 40% (quarenta por cento) deverão ser destinados ao referido aporte de capital”.

Por sua vez, o § 3º do Art. 5º da citada Resolução, estabelece que na hipótese da insuficiência dos dividendos e juros sobre o capital próprio, a CEB deverá aportar os recursos necessários no capital social da CEB-D, cujo aporte anual não poderá ser inferior ao montante do referido compromisso.

A CEB integralizou na CEB D, a parcela das ações subscritas relativa a 2008, com valor histórico de R\$ 20.030. A integralização das demais parcelas dar-se-á por meio de um imóvel, cuja avaliação (R\$ 274.400) foi aprovada pela Assembleia Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 2009 (Nota 11). Após a autorização da ANEEL, o referido ativo foi destinado à Empresa distribuidora e está contabilizado no Patrimônio Líquido com o valor avaliado.

Entretanto, a Agência reguladora reconhecerá a integralização das ações por meio do imóvel, apenas quando ocorrer sua alienação, considerando o valor financeiro líquido da operação, deduzidos os impostos relacionados.

Havia a previsão de conclusão do processo de alienação no decorrer de 2011, apesar das tentativas a empresa não obteve sucesso. Em 2012 a empresa retomará o processo, possibilitando o completo atendimento do “Compromisso de Subscrição de Ações” formalizado

pelas empresas envolvidas, inclusive de forma antecipada. A conclusão da operação destinará os recursos necessários e suficientes para que a CEB Distribuição S.A. continue o intenso programa de investimentos iniciado em 2007, permitindo a recuperação e as ampliações necessárias do sistema de distribuição de energia da área de concessão e assegurando o adequado padrão de qualidade da energia fornecida a seus clientes.

- CEB Geração S.A. – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648 de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica.
- CEB Participações S.A. – CEBPar – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788 de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral, atuando na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritariamente ou minoritariamente.

A sociedade também atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG-CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

- CEB Lajeado S.A. – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515 de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% (cinquenta e nove vírgula noventa e três por cento) das ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, detém 40,07% (quarenta vírgula zero sete por cento) das ações da controlada.

A CEB Lajeado em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante e 85,31% do capital social da INVESTCO S.A., sociedade por ações constituída para administrar a UHE Luís Eduardo Magalhães, com sede na cidade de Miracema, Estado de Tocantins.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

- Companhia Brasiliense de Gás – CEBGAS – sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Distrital nº 2.518 de 10 de janeiro de 2001, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, e 17% do total das ações.

#### **(i) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB Gás**

A CEB Gás entrou em operação parcial em 08 de novembro de 2007. A operação parcial é realizada através do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o gasoduto Brasil – Bolívia ao Distrito Federal.

#### **(b) Controlada em conjunto com outros acionistas**

- Energética Corumbá III S.A. – sociedade por ações, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A composição acionária da investida em 31 de dezembro de 2011 é apresentada conforme a seguir:

<b>Acionistas</b>	<b>ON</b>	<b>%</b>	<b>PN</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Energ Power S.A.	3.551.709	5,9			3.551.729	2,9
Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A.	7.896.379	12,9			7.896.399	6,5
Companhia Energética de Brasília - CEB	15.198.260	25,0	30.396.523	50,0	45.594.853	37,5
CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG G&T	15.198.260	25,0	30.396.523	50,0	45.594.853	37,5
Geração C III S.A.	18.948.434	31,2			18.948.454	15,6
<b>Total</b>	<b>60.793.042</b>	<b>100,0</b>	<b>60.793.046</b>	<b>100,0</b>	<b>121.586.288</b>	<b>100,0</b>

**(c) Coligadas**

- Corumbá Concessões S.A. – sociedade por ações, constituída em 06 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A composição acionária da investida em 31 de dezembro de 2011 é apresentada conforme a seguir:

<b>Acionistas</b>	<b>ON</b>	<b>%</b>	<b>Preferenciais</b>				<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
			<b>PNA</b>	<b>%</b>	<b>PNB</b>	<b>%</b>		
Serveng -Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	129.849.830	53,2					129.849.830	18,7
Companhia Energética de Brasília - CEB	52.809.968	21,6	203.199.943	63,03			256.009.911	37
C & M Engenharia Ltda	17.103.426	7,0					17.103.426	2,5
Fundo de Investimentos em Participações BRB Corumbá					126.666.666	100	126.666.666	18,3
Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB	12.500.000	5,1	37.500.000	11,63			50.000.000	7,2
Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP	25.000.000	10,2	74.999.999	23,26			99.999.999	14,4
CEB Participações S.A. - CEBPAR	6.642.500	2,7	6.642.500	2,06			13.285.000	1,9
<b>Total</b>	<b>243.905.724</b>	<b>100,0</b>	<b>322.342.442</b>	<b>100</b>	<b>126.666.666</b>	<b>100</b>	<b>692.914.832</b>	<b>100,0</b>

**(i) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da Corumbá Concessões S.A.**

A Concessionária atua focada nas metas e ações correspondentes, definidas pelo Conselho de Administração, através dos planos de negócios aprovados, administrando seus recursos de forma otimizada, procurando progressivamente adequar sua estrutura patrimonial e prazos, rentabilizando o empreendimento. Dentre as principais ações tomadas e previstas pela administração buscando esses objetivos, destacam-se:

- Otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais.
- Buscar parcerias com órgãos regulatórios de forma a vislumbrar alternativas de eficientização energética.
- Firmar parcerias junto às comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização de forma a manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente.
- Aferir otimizando sistematicamente os custos operativos.
- Rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente e os custos de financiamentos, adequando à capacidade de geração de caixa operacional.
- Investir em processos de governança corporativa (código de ética, manual do fornecedor, processo de compras e contratos, Intranet Corporativa, etc.).
- Buscar aumentos de receitas na geração de energia elétrica.



A Administração entende que o excesso de passivo circulante, no montante de R\$ 45.940 no encerramento do exercício, sobre o ativo circulante são administráveis no que diz respeito à sua liquidação, uma vez que, em sua boa parte, são relacionados aos valores dos empréstimos do BNDES e Banco do Brasil - BB e aos dividendos declarados, ambos previstos no cronograma de caixa da Corumbá Concessões, mantendo inclusive, no que diz respeito ao BNDES/BB, o índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD.

- Investco (investida direta da CEB Lajeado S.A.) – companhia de capital aberto tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). A composição acionária da investida em 31 de dezembro de 2011 é apresentada conforme a seguir:

Acionistas	ON	%	Preferenciais								Total	%
			PNR	%	PNA	%	PNB	%	PNC	%		
CEB Lajeado S.A.	80.440	19,99	51.112	20,00	980	6,02	1.031	19,99			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	6,99	343	2,1	361	7,01			46.747	5,94
EDP Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,01	186.559	73,01	6.685	41,04	3.764	73,00			490.616	62,38
Companhia Paranaense de Energia – COPEL					6.425	39,44					6.425	0,81
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,20
Outros					206	1,26			71.252	66,467	71.458	9,08
<b>Total</b>	<b>402.202</b>	<b>100,00</b>	<b>255.560</b>	<b>100,00</b>	<b>16.289</b>	<b>100,00</b>	<b>5.156</b>	<b>100,00</b>	<b>107.199</b>	<b>100,00</b>	<b>786.406</b>	<b>100,00</b>

### 1.3 Concessões das operações

A CEB e suas controladas e controladas em conjunto detêm junto à ANEEL e ANP, as seguintes concessões:

Investidas	Localização	Data do Ato	Data de Vencimento
<b>DISTRIBUIÇÃO</b>			
CEB Distribuição S/A	Brasília – DF	20.06.2005	07.07.2015
<b>GERAÇÃO</b>			
CEB Participações S/A	Brasília – DF	26.01.2000	18.12.2032
CEB Geração S/A	Brasília – DF	14.09.2005	20.10.2019
Energética Corumbá III	Brasília – DF	07.11.2001	07.11.2036
CEB Lajeado S/A	Brasília – DF	31.12.1999	15.12.2032
<b>OUTROS</b>			
CEBGÁS S/A	Brasília – DF	23.03.2001	09.01.2030

## 2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando substancialmente o custo histórico como base de valor.

#### **(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Não foi elaborada a demonstração dos resultados abrangentes consolidada em razão de não haver itens passíveis de alocação nessa demonstração.

#### **(b) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e que estão alinhadas às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), exceto quanto ao assunto descrito no parágrafo a seguir. Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Não foi elaborada a demonstração dos resultados abrangentes nas demonstrações financeiras individuais em razão de não haver itens passíveis de alocação nessa demonstração.

#### **(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas trimestralmente, exceto quanto aos cálculos dos benefícios pós emprego cuja estimativa é efetuada anualmente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

##### **(i) Benefícios de planos de pensão**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos

de pensão.

O Grupo determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na (Nota 20).

## **(ii) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela Administração que inclui a análise criteriosa das faturas de energia elétrica vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios definidos pela administração do Grupo. O cálculo considerou todas as unidades consumidoras ligadas e desligadas, utilizando-se dos critérios estabelecidos na Nota 2.7 (a). Informações adicionais estão divulgadas na (Nota 6).

## **(iii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação (Nota 2.13).

## **(iv) Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota 4.3).

## **(v) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios**

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores

significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Grupo revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. Informações adicionais estão divulgadas na (Nota 21).

#### **(vi) Ativo financeiro indenizável (concessão)**

Conforme divulgado na Nota 12, a Administração da Companhia, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão celebrado junto a União, nº 004/2001 e seus aditivos, de distribuição de energia elétrica da Companhia, entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

#### **(vii) Depreciação de ativos tangíveis**

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme orientação e definição do órgão regulador. Os Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota 15).

#### **(viii) Amortização de ativos intangíveis**

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota 14).

## **2.2 Consolidação**

#### **(a) Participação de acionistas não-controladores**

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente nenhum ágio ou resultado é reconhecido.

#### **(b) Investimentos em controladas e controladas em conjunto**

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto (joint venture) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com a política contábil adotada pelo Grupo.

### **(c) Investimentos em coligadas**

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder votante da outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia estão líquidos de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as receitas e despesas e as variações patrimoniais de companhias coligadas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas do Grupo, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação do Grupo nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que o Grupo tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos, ou obrigação por passivo a descoberto.

### **(d) Operações controladas em conjunto**

Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que o Grupo controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando a operação conjunta, e as despesas nas quais o Grupo tenha incorrido e sua participação nas receitas que auferir da operação conjunta (Nota 13 (c)).

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação.

### **(e) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## **2.3 Conversão de moeda estrangeira**

### **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

## **(b) Transações em moeda estrangeira**

A Companhia definiu que sua moeda funcional para todo o Grupo é o Real de acordo com as definições do Pronunciamento Técnico CPC nº 02 (R1) Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21).

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

## **2.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem saldos de caixa, de depósitos bancários em contas-correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo no prazo máximo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais (Nota 5).

## **2.5 Ativos financeiros**

### **2.5.1 Classificação**

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. O Grupo não operou com instrumentos financeiros disponíveis para venda.

### **(a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos do Grupo. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações Financeiras e os demais itens que compõem o caixa e o equivalentes de caixa (Nota 5).

### **(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

O Grupo tem a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos mantidos até o vencimento são compostos de Aplicações Financeiras em fundo de ações e Fundos Vinculados a Empréstimos de Financiamentos (Nota 9).

### **(c) Empréstimos e Recebíveis**



Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem principalmente “Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)” “Contas a receber (Nota 6)”, “Títulos de crédito a receber (Nota 8)” e o “Ativo Financeiro Indenizável (Nota 12)”.

## **2.5.2 Reconhecimento e mensuração**

O Gruporeconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia ou suas controladas e coligadas transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou suas controladas e coligadas tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar os ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **2.5.3 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)**

### **(a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i. dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii. uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- iv. torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v. o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

- vi. dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
  - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda por *impairment* quando incorrido é registrado no resultado e, se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

## **2.6 Instrumentos financeiros derivativos**

O Gruponão opera com instrumentos financeiros derivativos.

## **2.7 Contas a receber**

O Grupoclassifica os valores a receber dos consumidores, dos revendedores, das concessionárias e das permissionárias na rubrica contas a receber. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e estão apresentados pelo valor presente e são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica; incluem ainda o uso do sistema de distribuição por clientes livres, bem como o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) (Nota 6).

### **(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos, sendo os saldos demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a classificação do título que as originaram. O critério utilizado pelo Grupo para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração como adequado para estimar as perdas com créditos decorrentes de fornecimento de energia e pode ser assim demonstrado:

#### **Consumidores**

- Classe residencial: consumidores com contas vencidas há mais de 90 dias;
- Classe comercial: consumidores com contas vencidas há mais de 180 dias;
- Classe industrial e rural e outros, com contas vencidas há mais de 360 dias.

O Grupo exclui do cálculo acima os créditos com entidades e órgãos ligados ao seu controlador, o Governo do Distrito Federal (GDF).

## **2.8 Estoques**

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almoxarifado de manutenção e administrativo), classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos (material de depósito), classificados no Ativo Não Circulante - Imobilizado, que estão registrados pelo custo médio



de aquisição e que quando excede os custos de reposição ou valores de realização são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação.

## **2.9 Ativos Mantidos para Venda**

Os bens destinados a venda são avaliados pelo valor de custo ou valor justo, dos dois o menor.

## **2.10 Contrato de concessão (ativo intangível de concessão e ativo financeiro indenizável)**

A Interpretação ICPC 1/IFRIC 12 prevê que uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, a infraestrutura de concessões (incluindo energia elétrica) não pode ser reconhecida como ativo imobilizado, passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e do modelo bifurcado.

### **(a) Concessão de distribuição de energia elétrica**

Na distribuição de energia elétrica aplica-se o modelo bifurcado em razão de as empresas do segmento serem remuneradas (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro indenizável); e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível da concessão).

Os ativos classificados como financeiros representam a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sobre a qual uma concessionária possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Esses ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são mantidos ao custo amortizado e são remunerados, via tarifa, pela taxa média de remuneração do investimento, representado pelo custo de capital (WACC regulatório antes dos impostos), estipulado pela ANEEL, sendo o valor mensalmente reconhecido como receita financeira no grupo de receitas operacionais, em linha com o OCPC 05.

Os ativos classificados como intangível representam o direito da concessionária de cobrar dos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público. Os ativos intangíveis foram mensurados pelo valor contábil na data de transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e IFRS. Esses ativos foram mensurados com base nas práticas contábeis anteriores à transição e eram mensurados com base nos mesmos critérios do ativo imobilizado (item 2.12). As adições subsequentes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados com base no prazo de benefício econômico esperado até o final do prazo da concessão.

### **(b) Concessão de geração de energia elétrica**

Na avaliação da Administração da Companhia, em conjunto com consultoria técnica externa, não é aplicável a adoção do ICPC 1/IFRIC 12 nas concessões relativas à geração de energia operadas pelo Grupo.

## **2.11 Intangível**

### **(a) Ativos intangíveis vinculados à Concessão**

São adquiridos pelo Grupo decorrente do direito para exploração de concessão pública, e são mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Esses ativos intangíveis possuem vida

útil definida e, portanto, a sua amortização ocorre pelo prazo remanescente do contrato de concessão (Nota 14).

#### **(b) Direito de exploração da concessão**

Refere-se ao direito da concessão pelo uso de bem público para exploração de Aproveitamento Hidroelétrico. É constituído pelo valor de aquisição do direito relacionado com o uso do bem público até o final do prazo de concessão e amortizado pelo prazo de concessão (Nota 14).

#### **(c) Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

### **2.12 Ativo imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo Grupo inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar de forma adequada; e
- custos de empréstimos e financiamento sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação e amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em Consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos bens do Ativo Imobilizado estão demonstradas na Nota 15.

### **2.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Não foram identificadas tais circunstâncias que levasse o Grupo a avaliar a necessidade de constituição de provisão para perda sobre o valor dos ativos não financeiros.

O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. As unidades geradoras de caixa são as atividades de gerenciamento dos negócios da rede de distribuição e geração.

## **2.14 Passivos financeiros**

O Grupo reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos e Financiamentos (Nota 19), Fornecedores (Nota 16) e Outras Contas a Pagar.

## **2.15 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

## **2.16 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros (Nota 19).

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## **2.17 Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia ou suas controladas e coligadas possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais seja provável uma saída de recursos para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e de suas controladas e coligadas inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e a sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para considerar alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (Nota 21).

## **2.18 Benefícios a empregados**

### **(a) Benefícios de curto prazo**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia ou suas controladas e coligadas tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### **(b) Benefícios pós emprego**

A Companhia e em especial a CEB-D (“Patrocinadoras”) patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. As Patrocinadoras concedem também determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários – plano assistencial (Nota 20).

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, com base em avaliação atuarial externa realizada anualmente no final de cada exercício. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida etc. Essas premissas e projeções são revisadas em bases anuais ao final de cada período.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou as perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos para cada plano no final do período-base anterior ultrapassarem 10% da obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data, dos dois o maior (método do corredor). Esses ganhos ou perdas são reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam do plano.

O ativo ou o passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos públicos de longo prazo), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações e menos os ganhos ou perdas atuariais não reconhecidos.

Os ativos do plano de benefício complementar são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar (FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB). Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores das Patrocinadoras e não podem ser pagos diretamente às Patrocinadoras. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

## **2.19 Obrigações Tributárias**

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são apurados de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder

R\$ 240 no período-base para apuração do imposto, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações, as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado (Nota 17).

A Administração do Grupo decidiu pela não constituição de ativo fiscal diferido até que os planos de recuperação econômico-financeira do Grupo (Nota 1) resultem na apuração de lucro tributário futuro de forma consistente.

## **2.20 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)**

Os registros das operações de compra e venda de energia elétrica estão reconhecidos pelo regime de competência, com base em informações divulgadas pela CCEE, responsável pela apuração dos valores e quantidades de compras e vendas realizadas no âmbito desta, ou por estimativa da Administração, quando essas informações não estão disponíveis.

## **2.21 Outros ativos e passivos**

Os outros ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

## **2.22 Capital Social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

### **• Ações Ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

### **• Ações Preferenciais**

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionário. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

## **2.23 Reconhecimento de Receita**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma.

### **(a) Receita de prestação de serviços**

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

#### **(b) Receita de distribuição de energia elétrica**

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela concessionária. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada à medida que as faturas são emitidas, ou seja, pela competência. Os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa (fornecimento não faturado).

#### **(c) Receita de construção**

A ICPC 01 (IFRIC 12) estabelece que a concessionária de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (IAS 18) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica) como componentes separados do mesmo contrato de concessão.

A concessionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é praticamente nula, considerando que: (i) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a concessionária terceiriza a construção da infraestrutura. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após a dedução dos recursos provenientes do ingresso das obrigações especiais.

#### **(d) Receita de juros**

É reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia ou suas controladas e coligadas e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida econômica do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

### **2.24 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia ou suas controladas e coligadas em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.



## 2.25 Informações por segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente os elementos patrimoniais e de resultado da CEB (holding) (Nota 24).

## 2.26 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. A Administração do Grupo está em processo de avaliação das referidas normas e interpretações para futura implementação daquelas que forem aplicáveis ao Grupo, quando da sua vigência.

<u>Norma</u>	<u>Exigências-chave</u>	<u>Data de vigência</u>
Alteração ao IAS 12 - "Impostos sobre a Renda" sobre tributos diferidos	<p>Atualmente, o IAS 12 - "Impostos sobre a Renda" requer que os tributos diferidos sejam mensurados com base na expectativa de recuperação do valor contábil do ativo, pelo seu uso ou venda.</p> <p>No entanto, para as "Propriedades para Investimento" mensuradas pelo valor justo segundo o IAS 40, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação será através de uso ou venda.</p> <p>Esta alteração, portanto, introduz uma exceção ao princípio existente para mensurar o imposto diferido ativo ou passivo sobre propriedade para investimento mensurada ao valor justo. A alteração ao IAS 12 resultou na incorporação do SIC 21 - "Impostos sobre Renda - Recuperação de ativos não depreciables reavaliados" não mais será aplicável a propriedades para investimento lançadas a valor justo. As alterações também incorporam ao IAS 12 as orientações anteriormente contidas no SIC 21, que foi eliminado.</p>	1º de janeiro de 2012
Alteração ao IAS 19 - "Benefícios a Empregados"	Estas alterações eliminam a abordagem do corredor e requerem	1º de janeiro de 2013

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
	que se calcule os custos financeiros com base na captação líquida.	
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	O IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge continua aplicável.	1º de janeiro de 2013
IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"	O objetivo do IFRS 10 é estabelecer princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas, quando houver pelo menos uma relação controlada-controladora. Define os princípios e estabelece conceito de controle como base da consolidação. Estabelece como aplicar o princípio de controle para identificar se uma empresa investida deve ser considerada controlada e, portanto, consolidada. Define as exigências na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11 - "Acordos Conjuntos"	<p>O IFRS 11 prevê uma abordagem mais realista para acordos conjuntos, com foco maior nos direitos e obrigações de acordo, ao invés de em sua forma jurídica. Os acordos conjuntos são classificados em dois tipos: operações conjuntas e <i>joint ventures</i>.</p> <p>Operações conjuntas são aquelas em que os operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações relacionados a esse acordo e, portanto, contabilizam sua parcela dos ativos, passivos, receitas e despesas. <i>Joint ventures</i> existem quando os operadores em conjunto têm direitos sobre o ativo líquido do</p>	1º de janeiro de 2013



<u>Norma</u>	<u>Exigências-chave</u>	<u>Data de vigência</u>
	acordo e, portanto, contabilizam sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional de <i>joint ventures</i> não é mais permitida.	
IFRS 12 - "Divulgações sobre Participações em Outras Entidades"	O IFRS 12 trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo"	O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS.  As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.	1º de janeiro de 2013
IAS 28 (revisado em 2011) - "Coligadas e Controladas em Conjunto ( <i>Joint Ventures</i> )"	O IAS 28 (revisado em 2011) requer que controladas em conjunto e coligadas sejam avaliadas pelo método de equivalência patrimonial a partir da emissão do IFRS 11.	1º de janeiro de 2013

### 3 REAPRESENTAÇÃO DAS CIFRAS COMPARATIVAS - Correção de erros e reclassificações

Em 2011, foram identificadas reclassificações efetuadas em contas patrimoniais para fins de comparação e ajuste de exercícios anteriores. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2010 e o balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2010, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas em relação à correção de erro e contemplam algumas reclassificações de saldo. Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

#### Balanços Patrimoniais da Controladora

	31 de dezembro de 2010			Controladora 1º de janeiro de 2010		
	Original	Ajuste	Ajustado	Original	Ajuste	Ajustado
ATIVO CIRCULANTE Caixa e Equivalentes de Caixa	1.319		1.319	4.071		4.071

Contas a Receber	23.636		23.636	3.709		3.709
Estoques	1.058		1.058	959		959
Tributos e Contribuições Compensáveis	2.591		2.591	6.091		6.091
Outros Créditos	9.387		9.387	8.041		8.041
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>37.991</b>		<b>37.991</b>	<b>22.871</b>		<b>22.871</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Contas a Receber				167		167
Depósitos e Bloqueios Judiciais	5		5	5		5
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	2.850		2.850	2.850		2.850
Investimentos	571.011	2.972 (a)	573.983	598.411	3.721 (b)	602.132
Imobilizado	11.879		11.879	10.162		10.162
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>585.745</b>	<b>2.972</b>	<b>588.717</b>	<b>611.595</b>	<b>3.721</b>	<b>615.316</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>623.736</b>	<b>2.972</b>	<b>626.708</b>	<b>634.466</b>	<b>3.721</b>	<b>638.187</b>

	Controladora					
	31 de dezembro de 2010			1o. de janeiro de 2010		
	Original	Ajuste	Ajustado	Original	Ajuste	Ajustado
<b>PASSIVO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>						
Fornecedores	9.669		9.669	10.106		10.106
Obrigações Tributárias	7.881		7.881	11.491		11.491
Empréstimos e Financiamentos	8.000		8.000	8.000		8.000
Obrigações Societárias				9.220		9.220
Obrigações Sociais e Trabalhistas	70		70	17		17
Provisões para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios	9.940		9.940	1.427		1.427
Outras Obrigações	240		240	1.733		1.733
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>35.800</b>		<b>35.800</b>	<b>41.994</b>		<b>41.994</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Passivo Fiscal Diferido	97.270		97.270	97.270		97.270
Empréstimos e Financiamentos	666		666	8.000		8.000
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>97.936</b>		<b>97.936</b>	<b>105.270</b>		<b>105.270</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Capital Social	342.056		342.056	342.056		342.056
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	11.994		11.994	11.994		11.994
Ajuste de Avaliação Patrimonial	188.817		188.817	188.817		188.817
Reserva de Lucros	29.600		29.600	29.600		29.600
Prejuízos Acumulados	(82.467)	2.972 (a)	(79.495)	(85.265)	3.721 (a)	(81.544)
<b>Atribuível ao acionista controlador</b>	<b>490.000</b>	<b>2.972</b>	<b>492.972</b>	<b>487.202</b>	<b>3.721</b>	<b>490.923</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>490.000</b>	<b>2.972</b>	<b>492.972</b>	<b>487.202</b>	<b>3.721</b>	<b>490.923</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>623.736</b>	<b>2.972</b>	<b>626.708</b>	<b>634.466</b>	<b>3.721</b>	<b>638.187</b>

## Notas:

a) Representa os ajustes por meio do cálculo da equivalência patrimonial das controladas CEB Lajeado e CEB Participações que tiveram como origem os seguintes eventos:

1) CEB Lajeado - Aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 39 que culminou no ajuste derivado do cálculo do valor justo das ações preferenciais resgatáveis classes A, B e C detidas pela controlada CEB Lajeado no capital social da Investco S.A. Essas ações gozam, entre outras vantagens, do direito de recebimento de dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a essa característica, essas ações foram classificadas na Investco como instrumento de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato de a emissora não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39. O ajuste na Companhia em 31 de dezembro de 2010 em razão da adoção do procedimento descrito acima é de R\$ 7.471 positivo (R\$ 7.527 em 1º de janeiro de 2010), que contempla o novo cálculo do percentual de ações ordinárias na equivalência patrimonial, bem

como o ajuste a valor justo do referido instrumento financeiro na investida. 2)CEB Participações – Aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 19 na contabilização da quota parte no Consórcio CEMIG – CEB nos ativos do Empreendedor. Em razão disso, foi registrado o processamento do cálculo de depreciação do ativo imobilizado do Consórcio no Empreendedor que culminou num registro acumulado de R\$ 4.499 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 3.806 em 1º de janeiro de 2010) Esse valor foi refletidos na Companhia por meio da equivalência patrimonial.

O ajuste total líquido na Companhia pela aplicação dos Pronunciamentos referidos nos itens acima foi de R\$ 2.972 positivo em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 3.721 em 1º de janeiro de 2010).

### Demonstração de resultado da Controladora

	Controladora		
	31 de dezembro de 2010		
	Original	Ajuste	Ajustado
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	62.080		62.080
Custo com Energia Elétrica			
Custo de Operação			
Custo do serviço prestado a terceiros	(38.847)		(38.847)
<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>	23.233		23.233
<b>Despesas Operacionais</b>	(18.346)		(18.346)
Despesas com vendas			
Despesas gerais e administrativas	(18.346)		(18.346)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
<b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>	(2.094)		(2.094)
Receitas financeiras	184		184
Despesas financeiras	(2.278)		(2.278)
<b>Resultado de Equivalência Patrimonial</b>	1.922	(749) (a)	1.173
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	4.715	(749)	3.966
<b>LUCRO ANTES DA CSLL E IRPJ</b>	4.715	(749)	3.966
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(1.917)		(1.917)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido			
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	2.798	(749)	2.049

### Nota:

a) Refere-se ao ajuste do exercício de 2010 relativo aos assuntos descritos nos itens 1 e 2 das notas do balanço patrimonial reformulado conforme acima.

### Balancos patrimoniais Consolidados

	31 de dezembro de 2010				1o. de janeiro de 2010			
	Original	Ajuste	Reclassificação	Ajustado	Original	Ajuste	Reclassificação	Ajustado
<b>ATIVO</b>								
<b>CIRCULANTE</b>								
Caixa e Equivalentes de Caixa	99.258			99.258	60.231			60.231
Contas a Receber	305.941			305.941	237.954			237.954
Estoques	8.619			8.619	11.082			11.082
Tributos e Contribuições Compensáveis	20.913	(54)	(a)	20.859	28.944			28.944
Outros Créditos	15.229	66	(a)	23.175	27.361		2.739 (c)	30.100
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	449.960	12	7.880	457.852	365.572		2.739	368.311
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Aplicações Financeiras	9.285			9.285	8.223			8.223
Contas a Receber	110.371			110.371	103.361			103.361
Depósitos e Bloqueios Judiciais	11.145			11.145	19.999			19.999

Tributos e Contribuições Compensáveis	20.517			20.517	12.551			12.551
Ativos Fiscais Diferidos				-	8.516			8.516
Ativos Mantidos para Venda	286.877		(7.880) (c)	278.997	281.558		(2.739) (c)	278.819
Ativo Financeiro Indenizável	343.738			343.738	239.157			239.157
Outros Créditos	17.557	(16.066) (a)		1.491	18.281	(14.984) (a)		3.297
Investimentos	285.119	30.845 (a)		315.964	280.520	29.886 (a)		310.406
Imobilizado	197.361	(4.499) (b)		192.862	196.967	(3.806) (b)		193.161
Intangível	388.004			388.004	467.299			467.299
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.669.974</b>	<b>10.280</b>	<b>(7.880)</b>	<b>1.672.374</b>	<b>1.636.432</b>	<b>11.096</b>	<b>(2.739)</b>	<b>1.644.789</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>2.119.934</b>	<b>10.292</b>		<b>2.130.226</b>	<b>2.002.004</b>	<b>11.096</b>		<b>2.013.100</b>

## Notas:

a) Aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 39 que culminou no ajuste derivado do cálculo do valor justo das ações preferenciais resgatáveis classes A, B e C detidas pela controlada CEB Lajeado no capital social da Investco S.A. Essas ações gozam, entre outras vantagens, do direito de recebimento de dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a essa característica, essas ações foram classificadas na Investco como instrumento de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato de a emissora não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39. O ajuste na Companhia em 31 de dezembro de 2010 em razão da adoção do procedimento descrito acima é de R\$ 14.791 positivo (R\$ 14.902 em 1º de janeiro de 2010), que contempla o novo cálculo do percentual de ações ordinárias na equivalência patrimonial, bem como o ajuste a valor justo do referido instrumento financeiro na investida.

b) Aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 19 na contabilização da quota parte no Consórcio CEMIG – CEB nos ativos do Empreendedor CEB Participações. Em razão disso, foi registrado o processamento do cálculo de depreciação do ativo imobilizado do Consórcio no Empreendedor que culminou num registro acumulado de R\$ 4.499 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 3.806 em 1º de janeiro de 2010) Esse valor foi refletido na Companhia por meio da equivalência patrimonial.

(c) trata-se da reclassificação da conta Desativações em Curso que estava classificada como no sub-grupo Bens Destinados a Venda no não circulante e que foi reclassificada para o circulante no sub-grupo Outros Créditos para fins de uma melhor apresentação.

	31 de dezembro de 2010				Consolidado 1o. de janeiro de 2010			
	Original	Ajuste	Reclassificação	Ajustado	Original	Ajuste	Reclassificação	Ajustado
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>								
Fornecedores	142.987			142.987	119.647			119.647
Obrigações Tributárias	100.938			100.938	54.771			54.771
Encargos Regulatórios	106.169		2.123 (a)	108.292	72.407			72.407
Empréstimos e Financiamentos	154.199		2.324 (b)	156.523	102.931		3.208 (b)	106.139
Obrigações Societárias	5.291		4.371 (c)	9.662	24.956		4.371 (c)	29.327
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.636			19.636	19.532			19.532
Benefícios Pós Emprego	55.614			55.614	99.406			99.406
Provisões para Riscos								
Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e								
Regulatórios	20.547			20.547	18.477			18.477
Outras Obrigações	22.565		(8.818)	13.747	23.755		(7.579)	16.176
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>627.946</b>			<b>627.946</b>	<b>535.882</b>			<b>535.882</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Passivo Fiscal Diferido	98.639			98.639	98.253			98.253
Empréstimos e Financiamentos	332.030			332.030	366.199			366.199
Benefícios Pós Emprego	215.657			215.657	184.146			184.146
Encargos Regulatórios	74.688			74.688	68.036			68.036



Provisões para Riscos							
Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e							
Regulatórios	54.276			54.276	35.227		35.227
Outras Obrigações	2.392			2.392	2.348		2.348
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>777.682</b>			<b>777.682</b>	<b>754.209</b>		<b>754.209</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Capital Social	342.056			342.056	342.056		342.056
Adiantamentos para Futuro							
Aumento de Capital	11.994			11.994	11.994		11.994
Ajuste de Avaliação Patrimonial	188.817			188.817	188.817		188.817
Reserva de Lucros	29.600			29.600	29.600		29.600
Prejuízos Acumulados	(82.467)	2.972(d)		(79.495)	(85.265)	3.721(d)	(81.544)
<b>Atribuível ao acionista controlador</b>	<b>490.000</b>	<b>2.972</b>		<b>492.972</b>	<b>487.202</b>	<b>3.721</b>	<b>490.923</b>
<b>Atribuível aos acionistas não controladores</b>	<b>224.306</b>	<b>7.320(d)</b>		<b>231.626</b>	<b>224.711</b>	<b>7.375(d)</b>	<b>232.086</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>714.306</b>	<b>10.292</b>		<b>724.598</b>	<b>711.913</b>	<b>11.096</b>	<b>723.009</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>2.119.934</b>	<b>10.292</b>		<b>2.130.226</b>	<b>2.002.004</b>	<b>11.096</b>	<b>2.013.100</b>

### Reclassificações:

As reclassificações foram realizadas para melhor comparabilidade de valores. As reclassificações são as seguintes:

- (a) refere-se a P&D reclassificada do sub-grupo Outras Obrigações para Encargos Regulatórios.
- (b) refere-se a conta de Juros sobre Empréstimos reclassificados do sub-grupo Outras Obrigações para Empréstimos e Financiamentos.
- (c) refere-se a conta Obrigações com Acionistas (Dividendos) reclassificado do sub-grupo Outras Obrigações para Obrigações Societárias.
- (d) Representa o impacto total da aplicação dos Pronunciamentos referidos nas notas do balanço patrimonial consolidado e retificado conforme acima, que gerou um ganho líquido no consolidado Grupo de R\$ 2.972.

<b>Conciliação do Patrimônio Líquido</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31/12/2009 - Divulgado</b>	<b>487.202</b>	<b>711.913</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial na Aplicação do CPC 39 na Companhia	7.527	7.527
Resultado de Equivalência Patrimonial na Aplicação do CPC 19 na Companhia	(3.806)	(3.806)
Efeito Líquido dos Ajustes CPC 39/CPC 19 na Parcela dos Não Controladores		7.375
<b>Saldo em 01/01/2010 - Reapresentado</b>	<b>490.923</b>	<b>723.009</b>
<b>Saldo em 31/12/2010 - Divulgado</b>	<b>490.000</b>	<b>714.306</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial na Aplicação do CPC 39 na Companhia	7.471	7.471
Resultado de Equivalência Patrimonial na Aplicação do CPC 19 na Companhia	(4.499)	(4.499)
Efeito Líquido dos Ajustes CPC 39/CPC 19 na Parcela dos Não Controladores		7.320
<b>Saldo em 31/12/2010 - Reapresentado</b>	<b>492.972</b>	<b>724.598</b>

## Demonstração de resultado consolidado

	<b>Consolidado</b> <b>31 de dezembro de 2010</b>			
	<b>Original</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Ajustado</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	1.284.394			1.284.394
Custo com Energia Elétrica	(661.054)			(661.054)
Custo de Operação	(280.191)	(693) (a)		(280.884)
Custo do serviço prestado a terceiros	(47.316)			(47.316)
<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>295.833</b>	<b>(693)</b>		<b>295.140</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	(220.070)			(220.070)
Despesas com vendas	(62.942)			(62.942)
Despesas gerais e administrativas	(157.128)		27.815 (b)	(129.313)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-		(27.815) (b)	(27.815)
<b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>	(43.596)	(1.042)		(44.638)
Receitas financeiras	46.639			46.639
Despesas financeiras	(90.235)	(1.042) (c)		(91.277)
<b>Resultado de Equivalência Patrimonial</b>	<b>7.921</b>	<b>943</b> (c)		<b>8.864</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>40.088</b>	<b>(792)</b>		<b>39.296</b>
<b>LUCRO ANTES DA CSLL E IRPJ</b>	<b>40.088</b>	<b>(792)</b>		<b>39.296</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(11.955)			(11.955)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(8.516)			(8.516)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>19.617</b>	<b>(792)</b>		<b>18.825</b>
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	2.798	(749)		2.049
Atribuído aos acionistas não controladores	16.819	(43)		16.776

### Notas:

(a) refere-se a depreciação sobre o ativo imobilizado do Consórcio CEB-CEMIG conforme explicado anteriormente.

(b) refere-se a provisões diversas reclassificadas de Despesas Gerais e Administrativas para Outras Receita/(Despesas) Operacionais para fins de melhor apresentação.

(c) refere-se ao ajuste de equivalência patrimonial registrada na CEB Lajeado sobre o investimento detido na coligada Investco S.A. conforme explicado anteriormente.

## Demonstração do valor adicionado – Controladora e Consolidado

	<b>Controladora</b> <b>31 de dezembro de 2010</b>			<b>Consolidado</b> <b>31 de dezembro de 2010</b>		
	<b>Original</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Ajustado</b>	<b>Original</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Ajustado</b>
<b>Receitas</b>	70.854		70.854	1.928.104		1.928.104
Venda de Energia, Serviços e Outras Receitas	70.854		70.854	1.929.591		1.929.591
Provisão/Rev. para Créditos de Liquidação Duvidosa				(1.487)		(1.487)
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	(54.913)		(54.913)	(983.300)		(983.300)
Custos de Energia e Serviços Vendidos						(661.054)

Custos de Construção			(661.054) (88.401)			(88.401)
Serviços de Terceiros	(44.111)		(44.111)	(159.884)		(159.884)
Material	(1.177)		(1.177)	(12.436)		(12.436)
Provisões/Reversões	(9.387)		(9.387)	(27.815)		(27.815)
Outros	(238)		(238)	(33.710)		(33.710)
Valor Adicionado Bruto	15.941		15.941	944.804		944.804
Retenções	(53)		(53)	(45.826)		(46.519)
Depreciação e Amortização	(53)		(53)	(45.826)	(693) (a)	(46.519)
Valor Adicionado Líquido Produzido	15.888		15.888	898.978		898.285
Valor Adicionado Recebido em Transferência	2.106		1.357	52.763		53.706
Receitas Financeiras	184		184	44.842		44.842
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.922	(749)	1.173	7.921	943 (b)	8.864
Valor Adicionado Total a Distribuir	17.994		17.245	951.741		951.991
Distribuição do Valor Adicionado	17.994		17.245	951.741		951.991
Empregados	2.227		2.227	139.086		139.086
Pessoal e Encargos	2.227		2.227	103.532		103.532
Benefícios				33.030		33.030
Participação nos Resultados				2.524		2.524
Impostos, Taxas e Contribuições	10.691		10.691	665.668		665.668
Federal	1.420		1.420	328.142		328.142
Estadual e Municipal	9.271		9.271	337.526		337.526
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.278		2.278	127.370		128.412
Aluguéis				38.932		38.932
Despesas Financeiras	2.278		2.278	88.438	1.042 (c)	89.480
Remuneração de Capitais Próprios	2.798		2.049	19.617		18.825
Participação dos Acinistas Não Controladores				16.819	(43) (d)	16.776
Lucros Retidos	2.798	(749)	2.049	2.798	(749) (e)	2.049

## Notas;

(a) refere-se a depreciação sobre o ativo imobilizado do Consórcio CEB-CEMIG conforme explicado anteriormente;

(b) refere-se ao ajuste de equivalência patrimonial reconhecida sobre a aplicação do CPC 39 e CPC 19 conforme explicado anteriormente.

(c) representa o ajuste dos encargos financeiros das ações preferenciais resgatáveis da Investico (CPC 39) conforme explicado anteriormente;

(d) refere-se a participação dos acionistas não controladores sobre o ajustes da aplicação do CPC 39 (item "c" acima), conforme explicado anteriormente;

(e) refere-se a parcela do controlador sobre os ajustes da aplicação do CPC 39 e CPC 19, conforme explicado anteriormente.

## 4 GESTÃO DE RISCO

### 4.1 Fatores de risco

A Administração da CEB e de suas controladas têm total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada Empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.



Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração. A CEB somente contrata recursos em moeda nacional, com taxas pré-fixadas, visando à garantia do resultado esperado nas operações e suas correspondentes liquidações. Dessa forma, a Administração entende que os riscos são minimizados e as operações do Grupo não correm riscos adicionais.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

#### **(a) Risco de Crédito**

- CEB Distribuição – A CEB-D está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a concessionária tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a concessionária bem como o Grupo apresentam níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Na Nota Explicativa nº 2.7 estão descritos os critérios e os valores registrados relativos à imparidade da carteira de crédito. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Serasa as inadimplências persistentes. A Distribuidora possui, ainda, linha de parcelamento a eventuais devedores, objetivando manter liquidez de seus faturamentos.

- Controladas e Coligadas e Controladas em conjunto – São empresas que possuem como principal cliente a CEB Distribuição. O principal fator mitigador de risco é a forte regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas contratações estão incorporados na Parcela “A” das tarifas da distribuidora, garantindo o efetivo repasse mensal dos fornecimentos realizados.

Além dos aspectos aventados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela forte regulação setorial emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante à concessionária riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de rating. Destaca-se, finalmente, que a distribuidora, utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

#### **(b) Risco de liquidez**

O Grupo, em especial a CEB Distribuidora, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia, denominado COEX – Colegiado de Executivos, que recomenda ações à Administração.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração tem buscado efetividade no



gerenciamento orçamentário, com a contratação de recursos de baixo custo financeiro visando ao financiamento de seu CAPEX.

Conforme descrito na Nota 1, a CEB Distribuição vem apresentando deficiência de capital de giro e acumulando prejuízos nos resultados dos últimos exercícios. Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações financeiras dessa investida foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

O fluxo de pagamentos para os passivos financeiros de todo o Grupo é apresentado como segue:

	Valor	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5
<b>Passivos financeiros não Derivativos (consolidado)</b>						
Fornecedores	155.447	135.323	20.124			
Obrigações Tributárias	232.131	134.861		97.270		
Encargos Regulatórios	214.449		122.412	92.037		
Empréstimos e Financiamentos	425.483	36.818	86.494	82.576	165.285	54.310
Obrigações Societárias	17.495	17.495				
Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.725	11.362	11.363			
Benefícios Pós Emprego	252.584	27.575	27.574	110.299	87.136	
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	47.945			47.945		
Demais Obrigações	55.995	35.995		20.000		
<b>Total</b>	<b>1.424.254</b>	<b>399.429</b>	<b>267.967</b>	<b>450.127</b>	<b>252.421</b>	<b>54.310</b>

### (c) Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem relevantemente os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas 6 e 19, respectivamente.

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas:

#### (c1) Análise de Sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações do CDI e TJLP. A taxa estimada de CDI em 31 de dezembro de 2012, da ordem de 9% a.a, de acordo com dados do Relatório Focus do Banco Central. No caso, a TJLP atribuiu-se a taxa de 6%a.a.

Com o cenário apresentado para a Distribuidora, elaborou-se uma análise dos efeitos nos Empréstimos e Financiamentos advindos de uma alta nas taxas de CDI e TJLP em relação a 31 de dezembro de 2011, considerando os cenários possível e remoto, respectivamente. A análise para os demais itens patrimoniais não são relevantes.

Nesses cenários, possível e remoto, as taxas do CDI e TJLP em 31 de dezembro de 2012 seriam de 11,25% e 13,50%, respectivamente. Fica registrado que os empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

		<b>Cenários Projetados – Base 31/12/2011</b>		
		<b>Provável</b>	<b>Possível - 25%</b>	<b>Remoto - 50%</b>
<b>Alta do CDI</b>		<b>9,00%</b>	<b>11,25%</b>	<b>13,50%</b>
	227.634	248.121	253.243	258.365
<b>Efeito da Variação do CDI</b>		(20.487)	(25.609)	(30.731)
		<b>Cenários Projetados – Base 31/12/2010</b>		
		<b>Provável</b>	<b>Possível - 25%</b>	<b>Remoto - 50%</b>
<b>Alta do CDI</b>		<b>11,75%</b>	<b>14,69%</b>	<b>17,63%</b>
	274.695	306.972	315.048	323.124
<b>Efeito da Variação do CDI</b>		(32.277)	(40.353)	(48.429)
		<b>Cenários Projetados – Base 31/12/2011</b>		
		<b>Provável</b>	<b>Possível - 25%</b>	<b>Remoto - 50%</b>
<b>Alta da TJLP</b>		<b>6,00%</b>	<b>7,50%</b>	<b>9,00%</b>
	131.946	139.863	146.790	149.759
<b>Efeito da Variação da TJLP</b>		(7.917)	(14.844)	(17.813)
		<b>Cenários Projetados – Base 31/12/2010</b>		
		<b>Provável</b>	<b>Possível - 25%</b>	<b>Remoto - 50%</b>
<b>Alta da TJLP</b>		<b>6,00%</b>	<b>7,50%</b>	<b>9,00%</b>
	128.595	136.311	138.240	140.169
<b>Efeito da Variação da TJLP</b>		(7.716)	(9.645)	(11.574)
<b>Impactos</b>			<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Cenário Possível - Cenário Provável</b>				
CDI			5.122	8.076
TJLP			6.927	1.929
<b>Cenário Remoto - Cenário Provável</b>				
CDI			10.244	16.152
TJLP			9.896	3.858

#### (d) Risco Cambial

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a CEB Distribuição está exposta à oscilação cambial em cerca de 20% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda da Itaipu Binacional ter cotação em dólares estadunidenses.

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela “A”, mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da Distribuidora, situa-se entre os meses de agosto e julho. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais perdas financeiras relacionadas ao evento citado, por força das normas do Órgão Regulador, ANEEL, a concessionária não contrata mecanismos de proteção (hedge) para as variações cambiais. Observa-se que não há identificação de outros itens sujeitos à proteção cambial nas demonstrações financeiras da Companhia.

A CEB Distribuição desenvolveu análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio da Instrução nº 475, de 17.12.2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, o que reproduzimos de forma a clarear o cenário cambial.

Para tanto, a Administração estima que o valor de um dólar americano em 31 de dezembro de 2012 será de R\$ 1,79 (cenário de um ano). A metodologia utilizada para o cenário provável foi considerar a

melhor estimativa para as taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2012 com base em fontes externas de taxa de câmbio futuro. Por se tratar de uma análise de sensibilidade o impacto no resultado no exercício de 2012, foram considerados os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2011. Ressaltar-se que o comportamento do saldo da dívida respeitará seus respectivos contratos. Assim, foi confeccionada análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio em relação a 31 de dezembro de 2011.

Consideraram-se cenários possíveis e remotos a taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2012, da ordem de R\$ 2,24 e R\$ 2,69, respectivamente:

		Cenários Projetados – Base 31/12/2011		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
<b>Alta do dólar</b>	<b>1,8758</b>	<b>1,79</b>	<b>2,24</b>	<b>2,69</b>
	20.691	19.745	24.681	29.617
<b>Efeito da Variação do Dólar</b>		946	(3.990)	(8.926)

		Cenários Projetados – Base 31/12/2010		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
<b>Alta do dólar</b>	<b>1,6500</b>	<b>1,80</b>	<b>2,25</b>	<b>2,70</b>
	99.437	108.477	135.596	162.715
<b>Efeito da Variação do Dólar</b>		(9.040)	(36.159)	(63.278)

<b>Impactos</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Cenário Possível - Cenário Provável</b>		
Dólar	4.936	27.119
<b>Cenário Remoto - Cenário Provável</b>		
Dólar	9.872	54.238

Faz-se imprescindível salientar que a Companhia, suas coligadas e controladas não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.

#### **(e) Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para todo o Grupo para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e de suas controladas e coligadas, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

## **4.2 Gestão de capital**

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas precisam aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital

aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Total dos empréstimos (Nota 19)	297.884	332.030
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	<u>(66.748)</u>	<u>(99.258)</u>
Dívida líquida	<u>231.136</u>	<u>232.772</u>
Total do patrimônio líquido	<u>518.315</u>	<u>492.972</u>
Total do capital	<u><u>749.451</u></u>	<u><u>725.744</u></u>
Índice de alavancagem financeira - %	31	32

### 4.3 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

Descrição	Avaliação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011			
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
<b>Ativos Financeiros</b>					
<b>Valor Justo por meio do Resultado</b>					
Aplicações Financeiras	Valor Justo	3.381	3.381	44.134	44.134
<b>Mantidos até o Vencimento</b>					
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado			10.371	10.371
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	Valor Justo	86	86	22.614	22.614
Contas a Receber	Custo Amortizado	27.480	27.480	423.737	423.737
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado			1.202	1.202
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				
Ativo Financeiro Indenizável	Custo Amortizado			374.965	374.965
<b>Passivos Financeiros</b>					
<b>Outros Passivos Financeiros</b>					
Fornecedores	Custo Amortizado	7.795	7.795	155.447	155.447
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado	1.355	1.355	127.599	127.599
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			214.449	214.449

Descrição	Avaliação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2010			
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
<b>Ativos Financeiros</b>					
<b>Valor Justo por meio do Resultado</b>					
Aplicações Financeiras	Valor Justo	1.238	1.238	47.205	47.205
<b>Mantidos até o Vencimento</b>					
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado			9.285	9.285
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	Valor Justo	81	81	52.053	52.053
Contas a Receber	Custo Amortizado	23.636	23.636	416.312	416.312
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado			1.230	1.230
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				
Ativo Financeiro Indenizável	Custo Amortizado			343.738	343.738
<b>Passivos Financeiros</b>					
<b>Outros Passivos Financeiros</b>					
Fornecedores	Custo Amortizado	9.669	9.669	142.987	142.987
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado	8.666	8.666	488.553	488.553
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			182.980	182.980

### Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas à dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os "inputs" são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os "inputs" são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os "inputs" inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de

mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupomensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, nossos ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Descrição	Controladora			
	Caixa e Equivalentes de Caixa	Aplicações Financeiras	Caixa e Equivalentes de Caixa	Aplicações Financeiras
	31/12/2011		31/12/2010	
Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	86	3.381	81	1.238

  

Descrição	Consolidado			
	Caixa e Equivalentes de Caixa	Aplicações Financeiras	Caixa e Equivalentes de Caixa	Aplicações Financeiras
	31/12/2011		31/12/2010	
Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	22.614	44.134	52.053	47.205

## 5 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
	1		10	11	0	10
Caixa e Bancos	86	81	1.754	22.614	52.053	26.437
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	3.381	1.238	2.317	44.134	47.205	33.794
<b>Total</b>	<b>3.467</b>	<b>1.319</b>	<b>4.071</b>	<b>66.748</b>	<b>99.258</b>	<b>60.231</b>

As aplicações financeiras classificada no circulante correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

## 6 CONTAS A RECEBER

### (a) Composição do contas a receber

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias				419.191	411.910	341.6
Títulos de Créditos a Receber				56.196	26.631	38.6
Serviços Prestados a Terceiros	27.480	23.636	3.876	43.542	45.466	27.2
<b>Total a Receber Bruto</b>	<b>27.480</b>	<b>23.636</b>	<b>3.876</b>	<b>518.929</b>	<b>484.007</b>	<b>407.5</b>
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa				(95.192)	(67.695)	(66.20

<b>Total a Receber Líquido</b>	<b>27.480</b>	<b>23.636</b>	<b>3.876</b>	<b>423.737</b>	<b>416.312</b>	<b>341.315</b>
<b>Circulante</b>	<b>27.480</b>	<b>23.636</b>	<b>3.709</b>	<b>306.169</b>	<b>305.941</b>	<b>237.912</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>167</b>	<b>117.568</b>	<b>110.371</b>	<b>103.399</b>

**(b) Valores a receber por idade de vencimento (consolidado)**

<b>Classes de Consumidor</b>	<b>Saldos Vincendos</b>	<b>Vencidos até 90 dias</b>	<b>Vencidos há mais de 90 dias</b>	<b>Total 31/12/2011</b>	<b>Total 31/12/2010</b>	<b>Total 01/01/2010</b>
Residencial	28.180	29.480	30.668	88.328	74.442	73.550
Comércio, Serviços e Outros	20.824	14.863	44.250	79.937	60.329	62.155
Poder Público	7.522	1.137	63.879	72.538	88.762	83.847
Iluminação Pública	5.926		47.039	52.965	54.488	33.415
Industrial	2.854	3.750	2.981	9.585	6.114	5.708
Serviço Público	6.406	1	1.238	7.645	11.176	9.378
Rural	873	1.343	5.108	7.324	7.461	7.482
<b>Subtotal Consumidores</b>	<b>72.585</b>	<b>50.574</b>	<b>195.163</b>	<b>318.322</b>	<b>302.772</b>	<b>275.535</b>
Fornecimento Não Faturado				89.328	86.891	78.050
Acréscimo Moratório Conta de Energia				47.378	56.535	42.243
Parcelamentos a Faturar CP e LP				28.843	5.703	2.828
Serviços Prestados por Terceiros (*)	27.480			27.480	23.636	3.709
Concessionárias e Permissionárias	3.826	874	2.089	6.879	6.620	7.388
Serviço Taxado	444	402	717	1.563	1.306	1.343
Títulos de Crédito a Receber					829	976
Outros				764	1.282	5.203
Arrecadação a Classificar				(1.628)	(1.567)	(9.752)
<b>TOTAL</b>	<b>104.335</b>	<b>51.850</b>	<b>197.969</b>	<b>518.929</b>	<b>484.007</b>	<b>407.523</b>
Prov. Crédito Liquidação Duvidosa				(95.192)	(67.695)	(66.208)
<b>CONTAS A RECEBER LÍQUIDO</b>	<b>104.335</b>	<b>51.850</b>	<b>197.969</b>	<b>423.737</b>	<b>416.312</b>	<b>341.315</b>

(\*) Valores relativos às contas a receber da controladora

**(c) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (consolidado)**

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Engloba os recebíveis faturados e as estimativas dos valores não faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

Segue um resumo das faixas de atraso sujeitas à provisão:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>01/01/2010</b>
<b>Poder Público</b> - Vencidos há mais de 360 dias	59.380	72.398	71.408
<b>Comercial</b> - Vencidos há mais de 180 dias	48.786	32.569	33.758
<b>Iluminação Pública</b> - Vencidos há mais de 360 dias	41.522	28.851	25.859
<b>Residencial</b> - Vencidos há mais de 90 dias	33.757	24.914	22.542
<b>Rural</b> - Vencidos há mais de 360 dias	4.819	3.794	3.328
<b>Industrial</b> - Vencidos há mais de 360 dias	2.727	2.000	1.962
<b>Concessionários</b> - Vencidos há mais de 360 dias	2.327	2.000	2.000
<b>Serviço Público</b> - Vencidos há mais de 360 dias	1.232	3.926	3.925
<b>Governo Distrito Federal</b> - Acionista controlador não provisionado	(99.358)	(102.757)	(98.574)
<b>Total</b>	<b>95.192</b>	<b>67.695</b>	<b>66.208</b>



Os valores acima representam a provisão para créditos de liquidação duvidosa do consolidado em função de não haver provisão para a controladora. A movimentação está assim apresentada:

<b>Saldo em 1º. de janeiro de 2010</b>	<b>66.208</b>
Adições	7.776
Baixas	(6.289)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>67.695</b>
Adições	27.497
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>95.192</b>

#### **(d) Créditos com o Governo do Distrito Federal (consolidado)**

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal e não provisionados conforme quadro acima são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal vencidos há mais de 360 dias, compostos por fornecimento de energia elétrica, multa, juros e atualização monetária incidentes sobre faturas pagas em atraso no período de 2001 a 2005. A Administração, com base no atual estágio de cobrança e negociação dos referidos valores, principalmente com o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. Os débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB descritos no item (e) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal foram retirados do quadro abaixo. Apresentamos a seguir a composição dos créditos com o acionista controlador:

<b>Créditos a receber do GDF vencidos há mais de 360 dias</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>01/01/2010</b>
Secretarias de Governo	52.870	52.564	48.718
Administrações Regionais	44.912	32.024	28.578
Empresas do GDF	979	15.215	17.261
Outras	597	2.954	4.017
<b>Total</b>	<b>99.358</b>	<b>102.757</b>	<b>98.574</b>

#### **(e) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal**

Em agosto de 2011 a CEB-D celebrou um acordo de parcelamento para liquidação dos débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB relativa encargos por atraso no pagamento de faturas de energia elétrica. O valor do débito reconhecido no referido Acordo de Parcelamento corresponde à quantia de R\$ 28.237, dividido em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Apresentamos a seguir o montante em 31 de dezembro de 2011:

<b>Valor original do débito</b>	<b>14.800</b>
Encargos Financeiros	7.539
<b>Valor dívida reconhecida</b>	<b>22.339</b>
Encargos a transcorrer	5.898
<b>Valor do parcelamento na data Acordo</b>	<b>28.237</b>
Amortização	(2.941)
Ajuste a Valor Presente	(4.818)
<b>Valor parcelamento em 31/12/2011</b>	<b>20.478</b>
<b>Circulante</b>	<b>9.069</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>11.409</b>

## **7 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS**



**(a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar**

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.040	2.253	5.319	13.068	14.329	14.459
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	573	338	536	6.972	8.289	5.934
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.630			2.678		
<b>Total</b>	<b>5.243</b>	<b>2.591</b>	<b>5.855</b>	<b>22.718</b>	<b>22.618</b>	<b>20.393</b>
<b>Circulante</b>	<b>5.243</b>	<b>2.591</b>	<b>5.855</b>	<b>16.176</b>	<b>16.076</b>	<b>20.393</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>6.542</b>	<b>6.542</b>	

**(b) Outros Tributos e Contribuições Compensáveis**

Descrição	Consolidado				
	31/12/2011	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS			16.102	17.796	19.867
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	544		544		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		121	134		121
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	18	7	42	777	894
Programa de Integração Social - PIS	4	107	10	231	572
Outros		1	647	(46)	(352)
<b>Total</b>	<b>566</b>	<b>236</b>	<b>17.479</b>	<b>18.812</b>	<b>21.102</b>
<b>Circulante</b>	<b>566</b>	<b>236</b>	<b>8.066</b>	<b>4.783</b>	<b>8.551</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>9.413</b>	<b>13.975</b>	<b>12.551</b>

**(c) Resumo dos Tributos e Contribuições Compensáveis**

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	5.243	2.591	5.855	22.718	22.618	20.393
Outros Tributos e Contribuições Compensáveis	566		236	17.479	18.812	21.102
<b>Total</b>	<b>5.809</b>	<b>2.591</b>	<b>6.091</b>	<b>40.197</b>	<b>41.430</b>	<b>41.495</b>
<b>Circulante</b>	<b>5.809</b>	<b>2.591</b>	<b>6.091</b>	<b>24.242</b>	<b>20.859</b>	<b>28.944</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>15.955</b>	<b>20.517</b>	<b>12.551</b>

Os valores relativos a Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período com as retenções-fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser Lucro Real Anual. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB Distribuição S.A são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

**8 DEMAIS CRÉDITOS**

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Alienação de Bens (a)				38.955		
Desativações em Curso				8.161	7.880	2.739
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	5			5.679	4.409	1.604
Serviços em Curso				5.358	1.573	9.589
Previdência Privada dos Empregados				2.928		
Títulos de Crédito a Receber (b)				1.202	1.230	1.087
Crédito com Empregados				651	1.670	1.748
Energia Livre/Energia de Curto Prazo				27	102	5.927
Dividendo/JSCT s a Receber	10.663	9.369	8.037	13	4.415	5.404
Coligadas e Controladas	66					1.927
Outros Créditos	817	18	4	5.012	3.387	11.888
<b>Total</b>	<b>11.551</b>	<b>9.387</b>	<b>8.041</b>	<b>67.986</b>	<b>24.666</b>	<b>41.913</b>
<b>Circulante</b>	<b>11.485</b>	<b>9.387</b>	<b>8.041</b>	<b>51.017</b>	<b>23.175</b>	<b>30.100</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>66</b>			<b>16.969</b>	<b>1.491</b>	<b>11.813</b>

- a) Em 2011 a CEB Distribuição efetuou a venda de 4 (quatro) terrenos de sua propriedade mediante licitação. Um dos terrenos, o de valor mais relevante, foi vendido de forma parcelada em 24 prestações mensais, corrigidas pela variação do índice IGP-M e remuneradas a taxa de juros de 1% (um por cento) ao mês. O custo contábil dos imóveis vendidos soma R\$ 1.895 mil, os valores de venda somam R\$ 57.524 mil, obtendo um ganho na alienação de R\$ 56.029 mil.
- b) Títulos de Crédito a Receber: refere-se a ações preferências cumulativas e resgatáveis classes "A" e "B" emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro na controlada CEB Lajeado S.A.

## 9 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Vencimento	Consolidado		
		31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Aplicações Financeiras (a)	2019	8.758	7.699	6.622
Fundos Vinculados a Empréstimos e Financiamentos (b)	2023	1.613	1.586	1.601
<b>Total</b>		<b>10.371</b>	<b>9.285</b>	<b>8.223</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>10.371</b>	<b>9.285</b>	<b>8.223</b>

- a) A Controlada CEB Participações participa com 4,7% do Fundo de Investimento em Participação – FIP Corumbá, o qual possui as seguintes características, conforme normas constantes no seu regulamento:
- O fundo de investimento foi constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da instrução CVM no 391/03, e destinado à aplicação de recursos em ações preferenciais de emissão da companhia Corumbá Concessões S.A.;
  - Seu prazo de duração é de 15 anos, portanto, o resgate se dará a partir de 2019;
  - O objetivo do fundo é obter remuneração por meio da aquisição de ações preferenciais nominativas de classe especiais da Corumbá Concessões S.A., com prioridade na distribuição de dividendos;
  - Não haverá resgate de cotas, a não ser pelo término do prazo de duração ou pela liquidação do fundo; e

- Possui rentabilidade garantida por meio de contrato com a remuneração de IGPM + juros de 8,5% ao ano e reconhecida pelo regime de competência com a obrigação de recompra das ações por parte da Corumbá IV, a partir de 2019, conforme cláusula contratual.

A Companhia tem interesse em manter o investimento até o seu resgate, que ocorrerá em 2019, e possui capacidade financeira para manter este instrumento financeiro até o vencimento. De acordo com o regulamento do FIP, a responsabilidade da Companhia está limitada as suas cotas.

- b) Refere-se à aplicação em conta de reserva conforme determina o contrato de financiamento junto ao BNDES. A remuneração dessa aplicação é equivalente a aproximadamente 95% da rentabilidade dos títulos públicos federais. O prazo de aplicação é até a liquidação total do financiamento junto ao BNDES (15 de dezembro de 2023).

## 10 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais *on-line* efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da CEB Distribuição S.A, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil e caucões referentes a leilões de energia. Ainda encontram-se registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

## 11 ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Imóveis	Localidade	Tamanho	Valor Contábil					
			Controladora			Consolidado		
			31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Terreno	Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF (a)	284.160 m <sup>2</sup>				274.400	274.400	274.400
Terreno	Diversas Localidades		2.850	2.850	2.850	3.669	3.028	2.850
Terreno	QI 10 lotes 25 a 38/DF	10.500 m <sup>2</sup>				896	1.569	1.569
<b>Total</b>			<b>2.850</b>	<b>2.850</b>	<b>2.850</b>	<b>278.965</b>	<b>278.997</b>	<b>278.819</b>

Tais ativos encontram-se registrados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo, menos as despesas de venda.

- (a) Em 2009, o controlador aumentou o capital da CEB-D por meio de um terreno avaliado pelo seu valor justo na data do referido aumento de capital a fim de atender o “Compromisso de Subscrição de Ações” constante da Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007. A ANEEL, por meio do Ofício 1.358/2009 – SFF/ANEEL, de 18 de setembro de 2009 ressaltou que a Resolução nº 958/2007 somente seria cumprida após a alienação do imóvel. A CEB-D fez duas tentativas de venda do terreno, mediante licitação, em 22 de julho de 2010 e 03 de agosto de 2010 e não compareceram proponentes, restando deserta a licitação. Em 27 de setembro de 2011 a CEB-D comunicou ao mercado fato relevante onde demonstra a determinação do Governo do Distrito Federal – GDF em capitalizar a CEB-D via contratação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essa operação envolve a aquisição do referido terreno referido acima pelo GDF. Entretanto, a possível aquisição do terreno pelo GDF dependerá do desfecho final da operação de empréstimo junto ao BNDES, cuja carta consulta foi protocolada pelo GDF no dia 05 de janeiro de 2012. O imóvel continua registrado pelo valor que ingressou na CEB-D por meio do mencionado aumento de capital que não supera o valor justo, que foi apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada.

## 12 ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

- (a) Contrato de Concessão



O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 004/2001 e aditivos posteriores, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Concessionária - Operador, regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela concessionária, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para a prestação de serviço público, em relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcela A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da concessionária, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, para refletir a atividade principal da concessionária, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da concessionária é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo de concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

<b>Saldos em 1º. de janeiro de 2010</b>	<b>239.157</b>
Adições	104.603
Baixas	(22)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>343.738</b>
Adições	32.647
Baixas	(1.420)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>374.965</b>

## 13 INVESTIMENTOS

### (a) Composição dos Investimentos

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/13/2010	01/01/2010
Avaliados por Equivalência Patrimonial	558.987	569.033	597.582	298.258	302.634	297.475
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	28.732	3.232	3.232	3.232	3.232	3.232
Outros	1.748	1.718	1.318	9.718	10.098	9.699
<b>Total</b>	<b>589.467</b>	<b>573.983</b>	<b>602.132</b>	<b>311.208</b>	<b>315.964</b>	<b>310.406</b>

### (b) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Controladora								
31/12/2011 31/12/2010 01/01/2010								
Investidas	Capital Social Integralizados	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
CEB Distribuição S.A	350.432	283.103	100	100	350.532.450	257.306	260.456	291.987
CEB Geração S.A	7.575	12.673	100	100	7.575.212	12.673	13.172	10.219
CEB Participações S.A	41.271	46.125	100	100	41.270.415	44.061	46.915	45.266
CEB Lajeado S.A	145.656	342.112	59,93	59,93	82.013.911	115.584	118.422	118.755
Companhia Brasiliense de Gás S.A	4.271	2.433	17	51	30.600	414	427	442
Corumbá Concessões S.A	375.463	219.674	36,95	9,3	256.009.911	81.164	83.380	87.676
Energética Corumbá III S.A	121.586	127.426	37,5	25	45.594.783	47.785	46.261	43.237
<b>Total</b>						<b>558.987</b>	<b>569.033</b>	<b>597.582</b>

  

Consolidado								
31/12/2011 31/12/2010 01/01/2010								
Investidas	Capital Social Integralizados	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Corumbá Concessões S.A	375.463	219.674	36,95	9,3	256.009.911	81.164	83.380	87.676
Investco	804.459	1.085.469	16,98	20	133.563.595	217.094	204.272	196.615
Consórcio CEMIG-CEB (Queimado)							6.899	6.839
Energética Corumbá III							8.083	6.345
<b>Total</b>						<b>298.258</b>	<b>302.634</b>	<b>297.475</b>

### • Resultado dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	31/12/2011		31/12/2010	
	Lucro / (Prejuízo) do Exercício	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro / (Prejuízo) do Exercício	Resultado de Equivalência Patrimonial
CEB Distribuição S.A	(3.150)	(3.150)	(31.532)	(31.532)
CEB Geração S.A	6.900	6.900	8.690	8.690
CEB Participações S.A	6.180	6.180	8.578	8.578
CEB Lajeado S.A	36.685	20.589	34.858	17.607

Companhia Brasiliense de Gás S.A	(278)	(47)	(587)	(100)
Corumbá Concessões S.A	(5.998)	(2.216)	(11.604)	(4.287)
Energética Corumbá III S.A	8.428	3.160	5.913	2.217
<b>Total</b>	<b>48.767</b>	<b>31.416</b>	<b>14.316</b>	<b>1.173</b>

• **Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial**

Controladora						
Controladas/Coligadas	31/12/2010	Aumento de Capital	Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	Resultado de Equivalência Patrimonial	Outros	31/12/2011
CEB Distribuição S.A	260.456			(3.150)		257.306
CEB Geração S.A	13.172		(7.399)	6.900		12.673
CEB Participações S.A	51.414		(6.969)	6.180		44.061
CEB Lajeado S.A	118.421		(23.426)	20.589		115.584
Companhia Brasiliense de Gás S.A	427	34		(47)		414
Corumbá Concessões S.A	83.380			(2.216)		81.164
Energética Corumbá III S.A	46.261		(790)	3.160	(846)	47.785
<b>Total</b>	<b>573.531</b>	<b>34</b>	<b>(38.584)</b>	<b>31.416</b>	<b>(846)</b>	<b>558.987</b>

**(c) Informações adicionais sobre empresa controlada em conjunto**

A Companhia controla de forma conjunta com outros acionistas a empresa Energética Corumbá III S.A. e os montantes dos principais grupos de Ativo, Passivo e Resultado são como segue:

Contas Patrimoniais	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4.313	2.104	1.104
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	3.732	2.549	3.498
Outros Créditos	84	97	99
Fundos Vinculados	4.303	4.228	4.269
Imobilizado	211.244	204.141	214.708
Intangível	294	271	4
<b>Total de Ativos</b>	<b>223.970</b>	<b>213.390</b>	<b>223.682</b>
Fornecedores	146	9.375	
Tributos e Contribuições Sociais	402	375	243
Provisões		2.136	1.725
Folha de Pagamento	5	38	7
Empréstimos e Financiamentos	83.825	90.943	98.075
Outras Obrigações	2.563	1.819	162
Dívidas com pessoas ligadas	9.603	6.896	26.403
Patrimônio Líquido	127.426	101.808	97.067
<b>Total Passivo + Patrimônio Líquido</b>	<b>223.970</b>	<b>213.390</b>	<b>223.682</b>

Contas de Resultado	31/12/2011	31/12/2010
	<b>1</b>	<b>0</b>
Receita Operacional	30.837	27.605
Deduções da Receita	(1.420)	(1.270)
Custos de Operação	(9.741)	(9.086)

Despesas Operacionais	(3.035)	(2.481)
Despesas Financeiras, Líquidas	(7.191)	(7.976)
Imposto de Renda/Contribuição Social	(1.022)	(879)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>8.428</b>	<b>5.913</b>

#### (d) Operações controladas em conjunto

A Companhia possui operações em conjunto com outros acionistas no Consórcio UHE Queimado e os montantes dos principais grupos de Ativo e Passivo são como segue:

Contas Patrimoniais	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Caixa e equivalentes de caixa	1.212	256	423
Outros Créditos	5.886	4.741	4.621
Imobilizado/Intangível	129.058	133.057	136.709
<b>Total de Ativos</b>	<b>133.156</b>	<b>138.054</b>	<b>141.753</b>
Fornecedores	6.257	5.088	5.237
Tributos e Contribuições Sociais	468	464	485
Outras Obrigações	8.799	8.267	8.861
Patrimônio Líquido	120.632	124.235	127.170
<b>Total Passivo + Patrimônio Líquido</b>	<b>133.156</b>	<b>138.054</b>	<b>141.753</b>

#### (e) Resultado de Equivalência Patrimonial – Consolidado

O valor apresentado na demonstrações de resultado consolidado refere-se ao registro da equivalência patrimonial calculada sobre a variação do patrimônio líquido das coligadas. Este valor não é eliminado nas demonstrações consolidadas do grupo.

### 14 INTANGÍVEL

	Consolidado					Total
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
<b>Custo do Intangível</b>						
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>228.664</b>	<b>77.182</b>	<b>47.684</b>	<b>1.698</b>	<b>158.946</b>	<b>514.174</b>
Adições	7.368	118.323	2.658	2.355		130.704
Baixas	(1.294)	(42.032)		(1.172)		(44.498)
Obrigações Especiais	7.123	(26.021)				(18.898)
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>241.861</b>	<b>127.452</b>	<b>50.342</b>	<b>2.881</b>	<b>158.946</b>	<b>581.482</b>
<b>Amortização Acumulada</b>						
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>(61.148)</b>		<b>(35.588)</b>		<b>(29.434)</b>	<b>(126.170)</b>
Amortizações	(58.250)		(2.788)		(5.887)	(66.925)
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>(119.398)</b>		<b>(38.376)</b>		<b>(35.321)</b>	<b>(193.095)</b>
<b>Intangível Líquido 2011</b>	<b>122.463</b>	<b>127.452</b>	<b>11.966</b>	<b>2.881</b>	<b>123.625</b>	<b>388.387</b>
<b>Intangível Líquido 2010</b>	<b>167.516</b>	<b>77.182</b>	<b>12.096</b>	<b>1.698</b>	<b>129.512</b>	<b>388.004</b>
<b>Intangível Líquido 2009</b>	<b>171.572</b>	<b>153.242</b>	<b>2.532</b>	<b>4.554</b>	<b>135.399</b>	<b>467.299</b>

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como



para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável (concessão).

Direito de Exploração de Concessão - A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A. detentora do direito de exploração de concessão da Usina que integra a operação de geração da Investco S.A.. Esse direito, se trata de uma operação de reestruturação societária da Lajeado que gerou decorrente do Contrato de Venda e Compra de Ações entre a Investco e seus acionistas. Este Instrumento estabelece para a CEB Lajeado o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe "R", nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco, totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco com a Eletrobrás. Esse valor vem sendo amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

## 15 IMOBILIZADO

### (a) Movimentação

(a)	Consolidado								Total
	Imobilizado em Serviço								
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros	Imobilizado em Curso	
<b>Custo do Imobilizado</b>									
Saldo em 31/12/2010	11.247	80.466	15.519	45.305	7.848	3.546	138	77.622	241.691
Adições				24		2.364	4	42.302	44.694
Baixas				(1.634)	(465)	(723)		(45.148)	(47.970)
Transferências	9.720	(22.309)	5.003	19.284	29	(62)		(5.306)	6.359
Saldo em 31/12/2011	20.967	58.157	20.522	62.979	7.412	5.125	142	69.470	244.774
<b>Depreciação Acumulada</b>									
Saldo em 31/12/2010		(3.348)	(7.343)	(28.476)	(7.207)	(2.355)	(100)		(48.829)
Depreciação		(1.151)	(491)	(1.982)	(378)	(225)	(8)		(4.235)
Baixas				1.627	463	126			2.216
Transferências		(236)	(173)	(397)	(4)	(2)			(812)
Saldo em 31/12/2011		(4.735)	(8.007)	(29.227)	(7.126)	(2.456)	(108)		(51.660)
Imobilizado Líquido - 2011	20.967	53.422	12.514	33.751	286	2.669	34	69.470	193.114
Imobilizado Líquido - 2010	11.247	77.118	8.176	16.829	641	1.191	38	77.622	192.862
Imobilizado Líquido - 2009	9.257	95.721	2.916	8.287	1.087	1.246	7	74.640	193.161
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 7,7%	2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%			

### (b) Custo atribuído (Deemed Cost)

O Grupo optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas internos (engenheiros) com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas internos consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Como parte da adoção do custo atribuído a administração do Grupo avaliou todas as classes do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 1º. de janeiro de 2009.

Adicionalmente, vem sendo realizada a revisão da vida útil estimada e do valor residual.

Os efeitos nos principais grupos de conta decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 foi:

<b>Terrenos</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>1.442</b>	<b>1.442</b>
Ajustes por adoção do custo atribuído	295.744	295.744
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2009</b>	<b>297.186</b>	<b>297.186</b>
Alienação de Terreno - Exercício de 2009	(11.099)	(11.099)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto</b>	<b>286.087</b>	<b>286.087</b>
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL 34%)	(97.270)	(97.270)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011 líquido do efeito fiscal</b>	<b>188.817</b>	<b>188.817</b>

Os relatórios de avaliação gerados pelos especialistas datados de 31/03/2009 e 31/03/2011 foram aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Grupo, conforme requerido pelo estatuto social.

## 16 FORNECEDORES

<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>			<b>Consolidado</b>		
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>01/01/2010</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>01/01/2010</b>
Suprimento de Energia Elétrica				84.210	67.394	58.161
Materiais e Serviços	7.795	9.669	10.106	56.016	63.176	49.140
Encargos de Uso de Rede Elétrica				14.936	12.417	12.346
Fornecedores de Gás				272		
Compra de Energia Elétrica				13		
<b>Total</b>	<b>7.795</b>	<b>9.669</b>	<b>10.106</b>	<b>155.447</b>	<b>142.987</b>	<b>119.647</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.795</b>	<b>9.669</b>	<b>10.106</b>	<b>155.447</b>	<b>142.987</b>	<b>119.647</b>

## 17 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

### (a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>			<b>Consolidado</b>		
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>01/01/2010</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>01/01/2010</b>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	75.160	79.198	84.879	77.401	79.566
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	26.141	27.066	28.511	30.939	27.774	28.674
<b>Total</b>	<b>97.663</b>	<b>102.726</b>	<b>107.709</b>	<b>115.818</b>	<b>105.175</b>	<b>108.240</b>
<b>Circulante</b>	<b>393</b>	<b>4.956</b>	<b>10.439</b>	<b>5.710</b>	<b>7.905</b>	<b>10.970</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>97.270</b>	<b>97.270</b>	<b>97.270</b>	<b>110.108</b>	<b>97.270</b>	<b>97.270</b>

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A., CEB Lajeado S.A é o lucro real anual com antecipações mensais.

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	22.836	4.659	22.836	4.659	80.563	39.989	80.563	39.989
Equivalência Patrimonial – Coligadas					(13.666)	(8.864)	(13.666)	(8.864)
Resultado das Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido					(18.030)	(22.948)	(18.030)	(22.948)
<b>Total do Resultado Tributário</b>	<b>22.836</b>	<b>4.659</b>	<b>22.836</b>	<b>4.659</b>	<b>48.867</b>	<b>8.177</b>	<b>48.867</b>	<b>8.177</b>
Ajuste RTT					(167.545)	(18.367)	(167.545)	(18.367)
Equivalência Patrimonial	(27.680)	(1.866)	(27.680)	(1.866)				
Adições(exclusões)permanentes	6.573	2.007	6.470	2.007	174.566	22.288	174.463	22.288
Adições(exclusões)temporárias		3.356		3.356	15.374	20.328	15.374	20.328
<b>Total</b>	<b>1.729</b>	<b>8.156</b>	<b>1.626</b>	<b>8.156</b>	<b>71.262</b>	<b>32.426</b>	<b>71.159</b>	<b>32.426</b>
(-) Compensação prejuízo fiscal	(519)	(2.447)	(488)	(2.447)	(13.233)	(4.057)	(13.202)	(4.057)
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.210</b>	<b>5.709</b>	<b>1.138</b>	<b>5.709</b>	<b>58.029</b>	<b>28.369</b>	<b>57.957</b>	<b>28.369</b>
Alíquota aplicável	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>279</b>	<b>1.403</b>	<b>102</b>	<b>514</b>	<b>14.321</b>	<b>7.280</b>	<b>5.216</b>	<b>2.647</b>
Ajuste de IRPJ e CSLL do exercício de 2010					1.153		426	
IRPJ - Lucro Presumido					1.399	1.305	669	723
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>279</b>	<b>1.403</b>	<b>102</b>	<b>514</b>	<b>16.873</b>	<b>8.585</b>	<b>6.312</b>	<b>3.370</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido</b>					<b>8.263</b>	<b>6.255</b>	<b>2.983</b>	<b>2.261</b>

## (b) Passivo Fiscal Diferido

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído dos terrenos (Nota 15). Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB Distribuição S.A., como aporte de capital e está registrado como disponível para alienação. Os passivos fiscais diferidos serão realizados somente por oportunidade da venda dos terrenos.

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	71.522	80.949	71.522	71.522
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.748	25.748	25.748	29.159	25.748	25.748
<b>Total</b>	<b>97.270</b>	<b>97.270</b>	<b>97.270</b>	<b>110.108</b>	<b>97.270</b>	<b>97.270</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>97.270</b>	<b>97.270</b>	<b>97.270</b>	<b>110.108</b>	<b>97.270</b>	<b>97.270</b>

## (c) Outros Tributos

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	59	1	2	99.450	76.584	30.929
Contribuição Social para Financ. da seguridade Social- COFINS	302	1.662	264	7.116	7.012	5.608
Retenções IRRF/CSLL/PIS/COFINS	447		612	2.658	1.971	2.017
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	75	281	55	1.607	1.640	744

Programa de Integração Social – PIS	50	360	14	1.538	1.586	1.176
Outros	578	621	105	3.944	4.240	4.310
<b>Total</b>	<b>1.511</b>	<b>2.925</b>	<b>1.052</b>	<b>116.313</b>	<b>93.033</b>	<b>44.784</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.204</b>	<b>2.925</b>	<b>1.052</b>	<b>115.832</b>	<b>93.033</b>	<b>43.801</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>307</b>			<b>481</b>	<b>1.369</b>	<b>983</b>

#### (d) Resumo das Obrigações Tributárias

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
<b>Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido</b>	97.663	102.726	107.709	115.818	105.175	108.240
<b>Outros Tributos</b>	1.511	2.925	1.052	116.313	93.033	44.784
<b>Total</b>	<b>99.174</b>	<b>105.651</b>	<b>108.761</b>	<b>232.131</b>	<b>198.208</b>	<b>153.024</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.597</b>	<b>7.881</b>	<b>11.491</b>	<b>121.542</b>	<b>100.938</b>	<b>54.771</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>97.577</b>	<b>97.270</b>	<b>97.270</b>	<b>110.589</b>	<b>98.639</b>	<b>98.253</b>

## 18 ENCARGOS REGULATÓRIOS

Descrição	Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Superávit de Baixa Renda (a)	83.367	74.688	68.036
Contribuição de Iluminação Pública (b)	58.015	54.318	26.814
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (c)	46.223	33.060	30.341
Encargos do Consumidor a Recolher	19.238	14.871	5.405
Consumidores	7.606	6.043	9.847
<b>Total</b>	<b>214.449</b>	<b>182.980</b>	<b>140.443</b>
<b>Circulante</b>	<b>122.412</b>	<b>108.292</b>	<b>72.407</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>92.037</b>	<b>74.688</b>	<b>68.036</b>

#### (a) Superávit de Baixa Renda

Refere-se ao montante dos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda. A ANEEL deverá estabelecer os procedimentos a serem adotados para o ressarcimento aos consumidores.

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

#### (b) Contribuição de Iluminação Pública

A Contribuição de iluminação pública foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27/12/2002 para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública. e

II – despesas com administração, operações, manutenção, efficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica.

### (c) Obrigações de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética

A Controlada CEB Distribuição, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo a ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e desenvolvimento (P&D), e ainda ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/03/2004 e 28/03/2007, respectivamente.

A atualização das parcelas referente PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/04/2006, nº 300, de 12/02/2008 e nº 316, de 13/05/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 01/01/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Programa de Eficiência Energética - PEE	35.092	23.774	20.769
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	10.397	8.934	9.014
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	492	238	186
Ministério de Minas e Energia – MME	242	114	372
<b>Total</b>	<b>46.223</b>	<b>33.060</b>	<b>30.341</b>

## 19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Entidades	Controladora			Consolidado			Encargos
	31/12/2 011	31/12/2 010	01/01/2 010	31/12/2 011	31/12/2 010	01/01/2 010	
ELETRÓBRÁS				64.552	66.371	59.212	Tx. De Adm + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S/A					4.426	11.990	CDI + Juros de 1,57% a.a.
Banco do Brasil S/A					21.542		CDI + Juros de 2,99% a.a.
Banco do Brasil S/A (FINAME)				8.001	8.501		Juros de 4,5% a.a.
Banco do Brasil S/A (FCO)				92.510	94.492	95.984	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Banco Mercantil do Brasil S.A.					15.020	10.028	CDI + Juros de 0,65% (durante o período de utilização)
Banco Bic Banco S/A					29.000		CDI + Juros de 0,50% a.m.
Caixa Econômica Federal S/A				178.397	209.264	232.444	CDI + Juros de 2,16% a.a.

Caixa Econômica Federal S/A				5.834	15.834	CDI + Juros de 0,32% a.m.
Caixa Econômica Federal S/A				50.588		129% do CDI Cetip (durante o período de utilização)
BNDES (i)				31.435	34.103	TJLP + 1,72% a.a.
Banco Safra S/A					10068	CDI + Juros de 0,65% (durante o período de utilização)
CEB Lajeado	1.355	8.666	16.000			CDI + Juros de 3.90% a.a.
<b>Total</b>	<b>1.355</b>	<b>8.666</b>	<b>16.000</b>	<b>425.483</b>	<b>488.553</b>	<b>472.338</b>
<b>Total do Circulante</b>	<b>1.355</b>	<b>8.000</b>	<b>8.000</b>	<b>127.599</b>	<b>156.523</b>	<b>106.139</b>
<b>Total do Não Circulante</b>		<b>666</b>	<b>8.000</b>	<b>297.884</b>	<b>332.030</b>	<b>366.199</b>

- (i) contrato com cláusulas restritivas sobre a não constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao credor. Caso ocorra a situação acima, sem anuência do credor, os saldos em aberto terão vencimento antecipado.

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos aproximam-se de seu valor justo.

#### (a) Garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB Distribuição S.A. O financiamento junto ao BNDES restringe-se a controlada em conjunto Energética Corumbá III tem as seguintes garantias:

- Penhor de Direitos emergentes do Contrato de Concessão para Exploração da Usina, incluindo:
  - Direitos supervenientes de crédito decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica ("CCVE"), e de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia;
  - As garantias constantes do "CCVE";
  - Direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à Companhia;
  - Direito de vender a energia elétrica produzida pelo projeto mencionado na Condição Geral nº 5, hipótese de excussão do penhor mencionado na Condição Geral nº 12.1.1; e
  - Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da concessão.
- Penhor das ações de emissão da Companhia.
- Penhor dos Direitos Creditórios de todas as obrigações decorrentes do Contrato, da totalidade dos direitos creditórios da Companhia, especialmente dos provenientes do CCVE celebrado com a CEB Distribuição S.A., em 12 de novembro de 2002 e seus posteriores Aditivos.

Os montantes das dívidas classificadas no não circulante em 31 de dezembro de 2011 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

2013	79.862
2014	82.306
2015	65.667
2016	20.285
2017	16.830
Após 2018	32.934
	<u>297.884</u>

## 20 BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

#### (a) Planos de benefícios

A FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo complementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados das Patrocinadoras do Grupo. e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

<b>Planos</b>	<b>Benefícios</b>	<b>Classificação</b>
Plano Complementar de Benefícios Previdências	Aposentadoria pensão	e Benefício definido
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria pensão	e Contribuição definida
Plano Assistencial	Assistência médica	Benefício definido
Plano CEB Saúde	Assistência médica	Contribuição definida

O passivo do benefício pós-emprego dos planos previdenciais foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciais, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

Em atendimento ao disposto no item 92 do Pronunciamento CPC 33, cabe reconhecer no exercício a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que exceda o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano.

A Companhia, valendo-se da faculdade permitida pelo item 92 da norma CPC 33, decidiu, contabilmente e quando aplicável, reconhecer a parcela excedente a 10% (dez por cento) do corredor de forma progressiva, ao longo do tempo médio futuro de serviço dos seus empregados.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 913.179 em 31 de dezembro de 2011, que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano R\$ 951.845 resultou em um superávit de R\$ 38.666, evidenciando que a provisão atualmente registrada no montante de R\$ 105.487, relativa ao contrato de dívida que mantém junto à FACEB, mostra-se suficiente para a cobertura da provisão com benefícios pós-emprego do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais, não havendo necessidade de aumento da provisão.

O Plano de Saúde Assistencial é administrado pela FACEB como uma autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Participam do plano os empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB Distribuição S.A.

O custeio do plano é feito mediante pagamento de co-participação pelos usuários, no momento em que utilizam o plano, cujos percentuais são definidos no respectivo regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários de forma a custear as despesas do plano.

Os montantes no passivo relativos ao plano de Previdência e Assistência são os seguintes:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>01/01/2010</b>
Plano de previdência	108.446	118.213	128.205
Plano de assistência	115.890	109.699	97.048
Programa de demissão voluntária	28.248	43.359	58.299
<b>Total</b>	<b>252.584</b>	<b>271.271</b>	<b>283.552</b>
Circulante	53.082	55.614	99.406
Não Circulante	199.502	215.657	184.146



<b>Descrição</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Plano de previdência	108.446	118.213
Plano de assistência	115.890	109.699
Programa de demissão voluntária	28.248	43.359
<b>Total</b>	<b>252.584</b>	<b>271.271</b>
Circulante	53.082	55.614
Não Circulante	199.502	215.657

Os montantes no resultado relativos ao plano de Previdência e Assistência são os seguintes:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Previdência	5.927	5.245
Assistência	21.655	18.659
<b>Total</b>	<b>27.582</b>	<b>23.904</b>

#### **(a.1) Avaliações Atuariais (Plano previdenciário e plano assistencial)**

As movimentações no valor presente da obrigação com benefício definido são:

<b>Valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>Plano Complementar</b>		<b>Plano Assistencial</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(783.147)	(766.552)	(182.538)	(179.765)
Custo do serviço corrente	(87.008)	(53.088)	(2.437)	(3.494)
Custo de juros	(12.096)	(11.727)	(20.280)	(17.227)
Ganhos/(Perda) atuariais	(72.354)	9.937	(4.340)	(839)
Benefícios Pagos pelo plano	41.426	38.283	24.856	18.788
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>(913.179)</b>	<b>(783.147)</b>	<b>(184.739)</b>	<b>(182.537)</b>

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

<b>Valor justo dos ativos do plano</b>	<b>Plano Complementar</b>		<b>Plano Assistencial</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	685.890	554.320		
Retorno esperado dos ativos do plano	76.202	57.721		
Ganhos/(Perda) atuariais	148.678	80.995		
Contribuições do empregador	31.319	25.892	24.855	18.788
Contribuições do participante do plano	9.886	5.245		
Benefícios Pagos pelo plano	(41.426)	(38.283)	(24.855)	(18.788)
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>910.549</b>	<b>685.890</b>		

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

<b>Valores reconhecidos no balanço patrimonial</b>	<b>Plano Complementar</b>		<b>Plano Assistencial</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Valor presente da obrigação atuarial	2.630	97.257	184.739	182.537
Montante não reconhecido como ativo/(passivo) (*)	(43.050)	(48.628)		
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	145.908	69.584	(68.849)	(72.837)
<b>(Passivo)/Ativo líquido reconhecido no final do exercício</b>	<b>105.488</b>	<b>118.213</b>	<b>115.890</b>	<b>109.700</b>
<b>Movimentação do passivo(ativo) líquido reconhecido no balanço</b>	<b>(118.213)</b>	<b>(128.204)</b>	<b>(109.700)</b>	<b>(97.048)</b>
Pagamentos para o plano líquido da administração	31.319	25.891	24.855	18.788
Provisão para plano de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(18.594)	(15.900)	(31.045)	(31.440)
<b>(Passivo)/ATIVO reconhecido no final do exercício</b>	<b>(105.488)</b>	<b>(118.213)</b>	<b>(115.890)</b>	<b>(109.700)</b>

(\*) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

<b>Valores reconhecidos na DRE</b>	<b>Plano Complementar</b>		<b>Plano Assistencial</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Custo do serviço corrente	(12.096)	(11.727)	(2.437)	(3.494)
Contribuições dos participantes	9.886	5.245		

Custo de juros	(87.008)	(53.088)	(20.280)	(17.227)
Retorno esperado dos ativos do plano	76.202	57.721		
Amortização de ganhos/(perdas) atuariais			(7.833)	(10.719)
Efeito do limite	(5.578)	(14.051)		
<b>Total da (despesas)/receita a reconhecida</b>	<b>(18.594)</b>	<b>(15.900)</b>	<b>(30.550)</b>	<b>(31.440)</b>
Administração do Plano	(3.500)	(2.876)		
<b>Total da (despesa)/receita no exercício</b>	<b>(22.094)</b>	<b>(18.776)</b>	<b>(30.550)</b>	<b>(31.440)</b>

Segue abaixo a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa, como demonstrado a seguir:

Composição dos ativos	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Renda Fixa	82,54%	81,63%	N/A	N/A
Renda Variável	9,26%	10,99%	N/A	N/A
Investimentos estruturados	4,08%	3,40%	N/A	N/A
Investimentos Imobiliários	1,29%	0,61%	N/A	N/A
Empréstimos com Participantes	2,83%	3,37%	N/A	N/A
Total percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%	N/A	N/A

## (a.2) Premissas atuariais

Premissas atuariais adotadas	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Taxa de juros anual para cálculo do valor presente da obrigação	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Expectativa de retorno do valor justo dos ativos do plano	11,11%	10,36%		
Taxa anual de inflação	4,82%	4,11%	4,82%	4,11%
Taxa nominal de crescimento anual dos salários	4,82%	5,15%	4,82%	5,15%
Taxa nominal de crescimento dos benefícios do plano	4,82%	4,11%	4,82%	4,11%
Taxa de crescimento nominal anual dos custos de saúde			7,00%	5,68%
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Capacidade real dos salários e dos benefícios	100,00%	100,00%		
Tábuas biométricas:				
Mortalidade geral	AT 83 por sexo	AT 83 por sexo	AT 83 por sexo	AT 83 por sexo
Entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927	TASA 1927	TASA 1927
Mortalidade de inválidos	IAPC	IAPC	IAPC	IAPC
Grupo de dependentes para pensão	Família média regional	Família média regional	Família média regional	Família média regional

Comparativo evidenciando retorno esperado e o retorno real dos ativos do plano	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Taxa nominal de rendimento esperada sobre os ativos do plano	10,11%	10,11%	N/A	N/A
Retorno real anual dos ativos do plano	11,11%	10,36%	N/A	N/A

## (b) Contrato de dívida atuarial

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília - CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da

CEB-D e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos. Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 31 de dezembro de 2011:

<b>Descrição</b>	<b>Total</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
<b>Passivo Contratual em 01/01/2010</b>	<b>122.269</b>	<b>75.811</b>	<b>46.458</b>
Amortização no exercício	(21.624)	(21.624)	-
Atualizações no exercício	13.553	5.313	8.240
Transferências para o circulante		(33.841)	33.841
<b>Passivo Contratual em 31/12/2010</b>	<b>114.198</b>	<b>25.659</b>	<b>88.539</b>
Amortização no exercício	(23.010)	(23.010)	
Atualizações no exercício	14.299	2.975	11.324
Transferências para o circulante		19.794	(19.794)
<b>Passivo Contratual em 31/12/2011</b>	<b>105.487</b>	<b>25.418</b>	<b>80.069</b>

A composição do passivo está assim contabilizada:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Contribuições para o plano	2.959	4.015
Contrato de dívida (a.3)	105.487	114.198
<b>Total</b>	<b>108.446</b>	<b>118.213</b>

Para cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado as contribuições a pagar, dessa forma o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equacionamento de Déficit pactuado entre a CEB-D e a FACEB. Dessa forma, o resultado da avaliação atuarial de 2011 e 2010 não revelou a necessidade de constituição adicional de provisão.

### **(c) Programa de desligamento voluntário**

Em continuidade ao programa implementado em 2005, a CEB-D implementou o Programa de Desligamento Voluntário II que contou com a adesão de 185 empregados que possuem condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2006 a 2015.

Demonstramos, a seguir, a movimentação das verbas indenizatórias do Programa de Desligamento Voluntário II:

<b>Descrição</b>	<b>Total</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
<b>Passivo em 31/12/2010</b>	<b>43.359</b>	<b>16.852</b>	<b>26.507</b>
Amortização no período	(16.797)	(16.797)	
Atualizações no período	1.686		1.686
Transferências para o circulante		13.748	(13.748)
<b>Passivo em 31/12/2011</b>	<b>28.248</b>	<b>13.803</b>	<b>14.445</b>

## 21 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis.

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Regulatórias				30.425	52.636	23.721
Trabalhistas				4.002	4.891	13.539
Fiscais	7.196	9.940	1.427	7.196	9.940	1.427
Cíveis				6.322	7.356	15.017
<b>Total</b>	<b>7.196</b>	<b>9.940</b>	<b>1.427</b>	<b>47.945</b>	<b>74.823</b>	<b>53.704</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.196</b>	<b>9.940</b>	<b>1.427</b>	<b>11.519</b>	<b>20.547</b>	<b>18.477</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>36.426</b>	<b>54.276</b>	<b>35.227</b>

### (a) Movimentação das Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

Descrição	Controladora
	Contingências Fiscais
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>9.940</b>
Reversão de Provisão	(2.744)
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>7.196</b>

No exercício de 2010 foi constituída provisão no montante de R\$ 9.940, relativo a processos administrativos de natureza fiscal junto à Receita Federal do Brasil baseado na opinião dos procuradores jurídicos, que acreditam na chance de um desfecho desfavorável para a Companhia. No exercício de 2011 foi realizada nova análise dos processos administrativos de natureza fiscal pelos procuradores jurídicos e verificou-se a extinção de alguns processos de natureza fiscal que tinham como objeto a compensação de tributos federais. Com esta nova avaliação foi realizada uma reversão de provisão no valor R\$ 2.744, passando o saldo das provisões consideradas prováveis para R\$ 7.196 em 31 de dezembro de 2011. Os recursos atualmente encontram-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e na Divisão de Orientação e Análise Tributária.

Caso tais litígios sejam julgados procedentes em última instância, a Companhia poderá fazer desembolsos.

Descrição	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>4.891</b>	<b>7.356</b>	<b>9.940</b>	<b>52.636</b>	<b>74.823</b>
Constituições de Provisão	1.178	1.395		2.474	5.047
Reversão de Provisão	(2.583)	(2.577)	(2.744)	(30.853)	(38.757)
Atualização Monetária	509	148		6.970	7.627
Outras Movimentações	7			(802)	(795)
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>4.002</b>	<b>6.322</b>	<b>7.196</b>	<b>30.425</b>	<b>47.945</b>

### (i) Demandas Trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicionais de periculosidade, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

#### **(ii) Demandas Cíveis**

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica, danos morais, além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos, corte por inadimplência, problemas na rede e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

#### **(iii) Demandas Regulatórias**

A Controlada CEB Distribuição S.A. está discutindo nas esferas administrativa e judicial autuações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia e investimentos em consórcio, extrapolação dos limites de DEC/FEC, falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição e referente à fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A movimentação ocorrida em 2011 refere-se substancialmente a reversão de provisão no montante de R\$ 21.831 cuja decisão da Companhia foi de assumir o pagamento de multas aplicadas pelo órgão regulador. A Companhia, juntamente com seus assessores legais, concluiu pela precariedade de êxito no Judiciário para desconstituição dos efeitos dos Autos de Infração. Em razão disso a provisão foi revertida e um passivo foi constituído para quitação dessas multas. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 19.170.

A Administração da CEB Distribuição S.A., consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

#### **(iv) Demandas Fiscais**

As provisões fiscais referem-se a processos da Receita Federal relativos a IRPJ, PIS, COFINS, PER/DCOMP, CSLL. A Companhia emitiu Despacho decisório para a homologação das Declarações de Compensação, sendo também apresentada Manifestação de Inconformidade requerendo que seja reconhecido o direito a compensação dos créditos tributários, na qual foi indeferida pela Receita Federal.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

#### **(b) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios classificadas como Possíveis**

A Companhia possui processos de natureza trabalhistas e cíveis envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais,

para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 479 (R\$ 1.329 em 31/12/2010).

## 22 DEMAIS OBRIGAÇÕES

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Recursos para Futuro Aumento de Capital (a)	20.000			20.000		
Parcelamento de Multa ANEEL				19.170		
Consignações a Favor de Terceiros	6			3.840	3.566	2.907
Obrigações com Empresas Ligadas	219					
Retenções Contratuais				3.625		372
Arrendamento				3.574	3.398	4.000
Provisões Estimativas						4.008
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos				1.126		
Retenção de Quotas RGR				724	724	724
Cauções e Garantia				621	626	127
Encargos Ex - Isolados Lei 12.111/09				607	1.587	
Outras Obrigações		240	1.733	2.708	6.239	6.386
<b>Total</b>	<b>20.225</b>	<b>240</b>	<b>1.733</b>	<b>55.995</b>	<b>16.140</b>	<b>18.524</b>
<b>Circulante</b>	<b>225</b>	<b>240</b>	<b>1.733</b>	<b>25.944</b>	<b>13.748</b>	<b>16.176</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>20.000</b>			<b>30.051</b>	<b>2.392</b>	<b>2.348</b>

(a) Refere-se a adiantamento efetuado pelo controlador, Governo do Distrito Federal, que ainda necessita de aprovação no Acordo de Acionistas. O valor será incorporado ao capital pelo seu valor histórico.

## 23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### (a) Capital Social

O Capital autorizado é de R\$ 368.724, conforme art. 7º do Estatuto da Companhia, e o Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 342.056 (R\$ 342.056 em 2010). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado por classe de ações é a seguinte:

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais			%
		PNA	PNB	Total	
Governo do Distrito Federal	4.088.677		2.265.601	6.354.278	69,1927
Centrais Elétricas Bras As		194.377	107.707	302.084	3,2894
Cia Urbanizadora da N C do Br Novacap	150.473		83.379	233.852	2,5464
Regius Sociedade Civil de Previdência Privada	97.380	42.020	71.813	211.213	2,2999
Bradesco Capitalização S/A	57.340	129.920		187.260	2,0391
Opportunity Lógica Ii Fundo de Investimento em Ações	44.600		24.713	69.313	0,7548
Fundo Mútuo Inv Ações Cart Livre Mistyque			115.800	115.800	1,261
Vinci Gas Canoy Dividendos Fundo de Investimento em Ações	33.200	76.900		110.100	1,1989
International Markets Investments C.V.	29.800		15.958	45.758	0,4983
Clube de Investimentos Mva			94.800	94.800	1,0323

Outros	74.962	869.785	514.253	1.459.000	15,8873
<b>Total</b>	<b>4.576.432</b>	<b>1.313.002</b>	<b>3.294.024</b>	<b>9.183.458</b>	<b>100,0000</b>

<b>Valor Patrimonial por Ação</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Patrimônio Líquido	518.315	497.472
(-) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(11.994)	(11.994)
<b>Total</b>	<b>506.321</b>	<b>485.478</b>
<b>Quantidade de Ações</b>	<b>9.183.458</b>	<b>9.183.458</b>
<b>Valor Patrimonial por Ação - Em Reais</b>	<b>55,13</b>	<b>52,86</b>

## (b) Reserva de Capital

Refere-se a perda de capital na integralização de capital da cota parte na controlada em conjunto Energética Corumbá III em que os demais sócios não realizaram a obrigação de capitalizar valores subscrito no mesmo momento.

## (c) Ajuste de Avaliação Patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de ajustes de avaliação patrimonial é de R\$ 188.817 (R\$ 188.817 em 2010).

## (d) Resultado do exercício

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei, do excedente não distribuído poderá ser constituída Reserva para Expansão dos negócios sociais, desde que não exceda 80% do valor do Capital Social. No exercício de 2011, o resultado do exercício foi compensado com prejuízos acumulados de exercícios anteriores, e como consequência não houve distribuição de dividendos.

A demonstração da compensação do resultado do exercício ocorreu da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Prejuízos Acumulados	(79.495)	(85.265)
Resultado auferido por aplicação do CPC 23 na controlada CEB Lajeado		7.527
Resultado auferido por aplicação do CPC 27 na Controlada CEB Participações		(4.499)
Lucro do Exercício	26.190	2.742
Saldo de Prejuízos a Compensar	(53.305)	(79.495)

## (e) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

- **Reserva legal:** destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital,



supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

- **Retenção de lucro para investimento:** formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações. Até o encerramento do exercício de 2007 a retenção de lucros para investimentos permanecia na conta de lucros acumulados, em linha com o art. 8º da Instrução CVM nº 59/1986. Com a vigência da Lei nº 11.638/2007, que determina que não deve permanecer saldo na conta de lucros acumulados ao final do exercício, a referida retenção de lucros remanescentes integra esta reserva para investimentos.

As reservas de lucros somente serão absorvidas para redução do prejuízo acumulado após a aprovação em Assembleia de Acionistas.

#### **(f) Distribuição de Dividendos**

A política de dividendos da entidade consta no Art. 9º do Estatuto vigente, em relação às ações preferenciais classe A:

I - Prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 10% ao ano, calculados proporcionalmente ao que elas representem do capital social integralizado até a data do encerramento do exercício correspondente.

II - Prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

O Art. 10º apresenta o seguinte texto relacionado aos titulares das ações preferenciais classe B: “[...] gozarão de prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, sem prêmio, após o reembolso da classe A, em caso de liquidação da Companhia.”. Ainda, em Parágrafo único, no mesmo artigo “[...] ações preferenciais classe B não tem direito a dividendo fixo ou mínimo.”. Conforme consta no Estatuto Art. 37 parágrafo 1º “Será sempre assegurado às ações preferenciais classe , [...] o recebimento de dividendos 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias.

## **24 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração do Grupo analisa os relatórios internos periodicamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infra-estrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S/A;
- Geração de energia – tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio das empresas CEB Geração S/A e Energética Corumbá III S/A. Cabe ressaltar que 82% da energia gerada é comercializada dentro do próprio grupo com a CEB Distribuição S/A.;
- Comercialização de energia elétrica – tem como atribuição comercialização energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A e CEB Participações S.A.;
- Outros – Neste segmento estão a Companhia Energética de Brasília S.A - CEB Holding – tem como atribuição a prestação de serviços de manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal e a Companhia Brasiliense de Gás S.A que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Não identificamos nenhum cliente na Companhia que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total no ano de 2011.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estão incluídas abaixo:

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2011
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>1.328.393</b>	<b>23.152</b>	<b>110.019</b>	<b>33.631</b>	<b>(117.576)</b>	<b>1.377.619</b>
Energia Elétrica comprada para Revenda	(667.077)	(322)	(521)		116.816	(551.104)
Encargos de uso da rede elétrica	(130.953)	(1.084)	(12.361)		724	(143.674)
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>(798.030)</b>	<b>(1.406)</b>	<b>(12.882)</b>		<b>117.540</b>	<b>(694.778)</b>
Pessoal	(147.807)	(1.030)	(1.864)	(904)		(151.605)
Entidade de Previdência Privada	(5.927)					(5.927)
Material	(7.852)	(30)	(39)	(248)		(8.169)
Serviço de Terceiros	(104.842)	(3.881)	(4.153)	(32.112)		(144.988)
Depreciação e Amortização	(55.700)	(1.927)	(6.624)	(339)		(64.590)
Provisões	12.959	(58)	(1.406)	1.892		13.387
Custo de Construção	(117.189)					(117.189)
Outras	(19.572)	(1.883)	(45.776)	(6.098)	36	(73.293)
<b>DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS</b>	<b>(445.930)</b>	<b>(8.809)</b>	<b>(59.862)</b>	<b>(37.809)</b>	<b>36</b>	<b>(552.374)</b>
Equivalência Patrimonial			15.883	31.416	(33.633)	13.666
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>84.433</b>	<b>12.937</b>	<b>53.158</b>	<b>27.238</b>	<b>(33.633)</b>	<b>144.133</b>
Receita Financeira	26.343	1.179	5.133	306	(1.012)	31.949
Despesa Financeira	(91.152)	(2.983)	(1.148)	(1.248)	1.012	(95.519)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(64.809)</b>	<b>(1.804)</b>	<b>3.985</b>	<b>(942)</b>		<b>(63.570)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>19.624</b>	<b>11.133</b>	<b>57.143</b>	<b>26.296</b>	<b>(33.633)</b>	<b>80.563</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(11.528)	(1.074)	(10.202)	(381)		(23.185)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(11.246)					(11.246)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>(3.150)</b>	<b>10.059</b>	<b>46.941</b>	<b>25.915</b>	<b>(33.633)</b>	<b>46.132</b>
Partes Beneficiárias			(4.076)			(4.076)
Atribuível aos Acionistas não Controladores					(15.866)	(15.866)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	<b>(3.150)</b>	<b>10.059</b>	<b>42.865</b>	<b>25.915</b>	<b>(49.499)</b>	<b>26.190</b>
<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS</b>						
Receitas de Operacional Líquida	1.328.393	23.152	110.019	33.631		1.495.195
Receita entre Segmentos	(750)	(11.419)	(105.396)			(117.576)
Receitas com Clientes Externos	1.327.643	11.733	4.623	33.631		1.377.619
<b>INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS</b>						
Ativos	1.514.027	97.973	428.893	656.868	(527.476)	2.170.585

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2010
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>1.199.677</b>	<b>24.252</b>	<b>103.291</b>	<b>67.180</b>	<b>(110.006)</b>	<b>1.284.394</b>
Energia Elétrica comprada para Revenda	(636.791)	(592)	(882)		110.006	(528.259)
Encargos de uso da rede elétrica	(120.428)	(1.066)	(11.301)			(132.795)
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>(757.219)</b>	<b>(1.658)</b>	<b>(12.183)</b>		<b>110.006</b>	<b>(661.054)</b>
Pessoal	(128.492)	(1.350)	(1.512)	(2.314)		(133.668)
Entidade de Previdência Privada	(5.418)					(5.418)

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2011
Material	(6.159)	(132)	(42)	(1.177)		(7.510)
Serviço de Terceiros	(109.318)	(3.430)	(2.914)	(44.222)		(159.884)
Depreciação e Amortização	(37.669)	(1.909)	(6.612)	(329)		(46.519)
Provisões	(18.428)			(9.387)		(27.815)
Custo de Construção	(88.401)					(88.401)
Outras	(27.985)	(1.574)	(44.016)	(5.480)		(79.055)
<b>DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS</b>	<b>(421.870)</b>	<b>(8.395)</b>	<b>(55.096)</b>	<b>(62.909)</b>		<b>(548.270)</b>
Equivalência Patrimonial			13.151	1.173	(5.460)	8.864
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>20.588</b>	<b>14.199</b>	<b>49.163</b>	<b>5.444</b>	<b>(5.460)</b>	<b>83.934</b>
Receita Financeira	37.683	945	6.001	213		44.842
Despesa Financeira	(80.034)	(3.197)	(3.971)	(2.278)		(89.480)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(42.351)</b>	<b>(2.252)</b>	<b>2.030</b>	<b>(2.065)</b>		<b>(44.638)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>(21.763)</b>	<b>11.947</b>	<b>51.193</b>	<b>3.379</b>	<b>(5.460)</b>	<b>39.296</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.253)	(1.039)	(7.746)	(1.917)		(11.955)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(8.516)					(8.516)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>(31.532)</b>	<b>10.908</b>	<b>43.447</b>	<b>1.462</b>	<b>(5.460)</b>	<b>18.825</b>
Partes Beneficiárias			(3.486)			(3.486)
Atribuível aos Acionistas não Controladores					(13.290)	(13.290)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	<b>(31.532)</b>	<b>10.908</b>	<b>39.961</b>	<b>1.462</b>	<b>(18.750)</b>	<b>2.049</b>
<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS</b>						
Receitas de Operacional Líquida	1.199.677	24.252	103.291	67.180		1.284.394
Receita entre Segmentos		(10.463)	(99.543)			(110.006)
Receitas com Clientes Externos	1.199.677	13.789	3.748	67.180		1.174.388
<b>INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS</b>						
Ativos	1.480.730	96.636	430.246	626.633	(504.019)	2.130.226

## 25 DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

### (a) Receita Operacional Líquida

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fornecimento de Energia Elétrica			1.860.733	1.678.813
Receita de Construção			117.189	88.401
Receita de Prestação de Serviços	31.770	70.854	36.825	71.316
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			32.625	23.239
Arrendamento e Alugueres			18.446	14.739
Energia de Curto Prazo			14.118	14.871
Suprimento de Energia Elétrica			13.199	25.076
Receita da Venda de Gás			7.938	6.476
Outras Receitas Operacionais			6.087	6.660
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>31.770</b>	<b>70.854</b>	<b>2.107.160</b>	<b>1.929.591</b>
Impostos	(648)	(1.420)	(373.927)	(337.526)
Contribuições	(3.742)	(7.354)	(193.473)	(180.290)
Encargos do Consumidor			(162.141)	(127.381)
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>	<b>(4.390)</b>	<b>(8.774)</b>	<b>(729.541)</b>	<b>(645.197)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>27.380</b>	<b>62.080</b>	<b>1.377.619</b>	<b>1.284.394</b>

### (b) Custo com Serviço de Energia Elétrica

Descrição	Consolidado	
	2011	2010
Energia elétrica comprada para revenda	(540.654)	(509.855)
Encargos de uso da rede elétrica	(143.673)	(132.795)

Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(10.451)	(18.404)
<b>Total</b>	<b>(694.778)</b>	<b>(661.054)</b>

**(c) Custos e Despesas Operacionais por Natureza**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Pessoal e Administradores	(718)	(2.227)	(151.606)	(133.385)
Serviço de Terceiros	(31.868)	(7.197)	(144.988)	(124.771)
Custo de Construção - concessão			(117.189)	(88.401)
Depreciação e Amortização	(61)	(53)	(64.590)	(46.519)
Arrendamento			(38.920)	(38.932)
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos			(27.497)	(1.487)
Material	(245)	(210)	(8.170)	(6.759)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(6.826)	(5.030)
Entidade de Previdência Privada			(5.927)	(5.418)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(2.909)	(2.546)
Propaganda e Publicidade			(769)	(1.484)
Outras Despesas	(220)	(38.119)	(22.008)	(65.723)
<b>Total</b>	<b>(33.112)</b>	<b>(47.806)</b>	<b>(591.399)</b>	<b>(520.455)</b>
<b>Classificados como:</b>				
<b>Custo da Operação</b>			<b>(343.854)</b>	<b>(280.884)</b>
<b>Custo dos Serviços Prestados</b>	<b>(27.301)</b>	<b>(38.847)</b>	<b>(31.090)</b>	<b>(47.316)</b>
<b>Despesas com Vendas</b>			<b>(83.734)</b>	<b>(62.942)</b>
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>(5.811)</b>	<b>(8.959)</b>	<b>(132.721)</b>	<b>(129.313)</b>

**(d) Outras Receitas / (Despesas) Operacionais**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Outras Receitas Operacionais</b>				
Ganho na Baixa de Bens			55.414	
Reversão de Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	2.744	354	38.757	29.092
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego			20.825	18.580
Reversão de Provisão de Participação nos Resultados				2.965
Reversão de Provisão de Energia livre				3.315
Reversão de Provisão de Contratos de Arrecadação				1.043
Outras Receitas			265	
<b>Total</b>	<b>2.744</b>	<b>354</b>	<b>115.261</b>	<b>54.995</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>				
Provisão de Benefícios Pós Emprego			(27.015)	(31.232)
Provisão para Contingências		(9.741)	(12.674)	(50.930)
Multas ANEEL			(30.041)	
Provisão para Perdas de Depósitos Judiciais Bloqueados			(4.163)	
Outras Despesas	(853)		(2.343)	(649)
<b>Total</b>	<b>(853)</b>	<b>(9.741)</b>	<b>(76.236)</b>	<b>(82.810)</b>

**(e) Resultado Financeiro**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Receitas Financeiras</b>				
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	170		13.715	10.729
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			8.605	18.879
Rendimentos de Aplicações Financeiras			6.492	4.474

Multas e Penalidades Aplicadas			2.612	1.744
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica				750
Receita de Dividendos			74	43
Outas Receitas Financeiras	74	184	451	8.223
<b>Total</b>	<b>244</b>	<b>184</b>	<b>31.949</b>	<b>44.842</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de Dívidas	(1.012)	(2.148)	(52.488)	(43.342)
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos			(25.878)	(22.022)
Atualização de Benefício pós-emprego			(7.698)	(13.553)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			(1.297)	
Outras Despesas Financeiras	(236)	(130)	(8.158)	(10.563)
<b>Total</b>	<b>(1.248)</b>	<b>(2.278)</b>	<b>(95.519)</b>	<b>(89.480)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(1.004)</b>	<b>(2.094)</b>	<b>(63.570)</b>	<b>(44.638)</b>

## 26 LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

### Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

### Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

Descrição	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	26.190	2.049
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	13.051	1.021
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	13.139	1.028
<b>Média ponderada das ações em circulação</b>		
Ações ordinárias – básicas	4.576	4.576
Ações ordinárias – diluídas	4.576	4.576
Ações preferenciais – básicas	4.607	4.607
Ações preferenciais – diluídas	4.607	4.607
<b>Lucro por ação:</b>		
Ações ordinárias – básicas	2,85201	0,2231
Ações ordinárias – diluídas	2,85201	0,2231
Ações preferenciais - básicas	2,85201	0,2231
Ações preferenciais - diluídas	2,85201	0,2231

## 27 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### (a) Controladora final

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

### (b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Remuneração	380	949	1.895	2.244
Demais Benefícios de Curto Prazo	131	273	661	664
<b>Total</b>	<b>511</b>	<b>1.222</b>	<b>2.556</b>	<b>2.908</b>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

### (c) Transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir.

Transações com Partes Relacionadas	Condições de Realização das Transações	Controlada		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
<b>Ativo</b>		<b>10.716</b>	<b>9.677</b>	<b>172.369</b>	<b>126.932</b>
<b>Contas a Receber</b>				<b>172.233</b>	<b>126.932</b>
Corumbá Concessões S/A	a			291	
Governo do Distrito Federal	b			171.942	126.932
<b>Demais Ativos</b>		<b>10.716</b>	<b>9.677</b>	<b>136</b>	
<b>Dividendos/JSCP</b>	c	10.650	9.677		
CEB Geração S/A		277	9.677		
CEB Lajeado S/A		9.583			
Energética Corumbá III S/A		790			
<b>Outras Operações</b>		<b>66</b>		<b>136</b>	
CEB Distribuição S/A	d	66			
CEB Geração S/A					
Governo do Distrito Federal	e			136	
<b>Passivo</b>		<b>1.538</b>	<b>10.223</b>	<b>75.684</b>	<b>63.381</b>
<b>Fornecedores</b>				71.313	63.381
Corumbá Concessões S/A	f			13.299	9.063
Governo do Distrito Federal	g			58.014	54.318
<b>Dividendos</b>				<b>4.371</b>	
Governo do Distrito Federal	h			4.371	
<b>Empréstimos</b>		<b>1.355</b>	<b>8.667</b>		
CEB Lajeado S/A	i	1.355	8.667		
<b>Demais Obrigações</b>		<b>2.893</b>	<b>1.556</b>		
CEB Distribuição S/A	j	544	1.556		
CEB Distribuição S/A	k	208			

<b>Receitas</b>			<b>35.095</b>	<b>70.854</b>
<b>Receita de Comerc. de Energia</b>			<b>3.325</b>	
Corumbá Concessões S/A	<b>l</b>		3.325	
<b>Receita de Prestação de Serviços</b>			<b>31.770</b>	<b>70.854</b>
Governo do Distrito Federal	<b>m</b>		31.770	70.854
<b>Despesas</b>		<b>36</b>	<b>35</b>	<b>115.510</b>
<b>Energia Comprada para Revenda</b>				<b>115.510</b>
Corumbá Concessões S/A	<b>n</b>			115.510
<b>Outras Despesas</b>		<b>36</b>	<b>35</b>	
Despesa de Locação de Imóvel	<b>o</b>	36	35	

As operações de partes relacionadas são praticadas conforme as condições resumidas abaixo:

**(i) Operações da Controladora com suas controladas**

c) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das controladas.

d ) Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram créditos em conta corrente da CEB Distribuidora.

i) Refere-se a empréstimo obtido pela Controlada CEB Lajeado e repassado a Controladora. O contrato de empréstimo com a Controlada foi celebrado nas mesmas condições de contratação efetuados pela controlada junto à instituição financeira, incluído prazo, taxa de juros e encargos.

j) A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos à CEB Distribuição S.A. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais

k) Refere-se a valores a pagar de depósito de faturas de órgãos públicos realizado na contas correntes da Companhia Energética de Brasília – CEB e que esta repassa através de encontro de contas.

o) Trata-se de contrato de aluguel de salas utilizadas pela Companhia Energética de Brasília – CEB, reajustado anualmente pelo IGP-M, com vencimento previsto para 11 de fevereiro de 2012. Os valores são acordados entre as partes e o contrato e as renovações têm a anuência do órgão regulador.

**(ii) Operações da Controladora e seus acionistas controladores e coligadas**

a) A empresa Corumbá Concessões S.A é acessante do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB Distribuição S.A e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

b ) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB Distribuição S.A) e serviços de iluminação pública e manutenção (Companhia Energética de Brasília – CEB) prestado ao GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo órgão regulador para a classe Poder Público. Em 2011 a CEB Distribuição S/A firmou contrato de parcelamento de dívidas com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB no montante de R\$ 20.478 para pagamento em 48 parcelas fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Pelo serviço de iluminação pública os valores são acordados entre as partes mediante contrato de prestação de serviços.

e) A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos



benefícios dos empregados cedidos à CEB Distribuição S.A.. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.

f) A CEB Distribuição S.A. tem contratos bilaterais de Suprimento de Energia com a empresa Corumbá Concessões S.A, com prazo de vigência até 07/07/2015. As tarifas são homologadas e revisadas pelo órgão regulador para cada empresa/contrato.

g) A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A arrecadação da CIP é efetuada pela CEB Distribuição S.A na fatura de consumo de energia elétrica dos consumidores e repassada mensalmente ao GDF.

h) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador.

l) A empresa Corumbá Concessões S/A é acessante do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB Distribuição S.A e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

m) Representa a receita do serviço de iluminação pública e manutenção prestada ao GDF.

p) Refere-se a receita auferida pela CEB Distribuição S.A pelo serviço de suprimento de energia a empresa Corumbá Concessões S.A..

## **28        SEGUROS**

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas à UPA – Usina Hidrelétrica do Paranoá e aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição – componentes do Ativo Imobilizado da CEB Geração S.A. e da CEB Distribuição S.A., conforme os critérios de riscos constantes de relatório técnico – estão cobertos, até 30 de dezembro de 2012 (CEB Distribuição S.A) e até 31 de Janeiro de 2013 (CEB Geração S.A), por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 1.007 com um total segurado de R\$ 369.370.

Os bens das Usinas Luís Eduardo Magalhães, Queimado, Corumbá III e Corumbá IV também estão devidamente segurados.

Os componentes dessa nota explicativa não compõem o escopo de trabalho dos nossos Auditores Independentes.

Brasília, 30 de março de 2012.

**RUBEM FONSECA FILHO**

**Diretor-Presidente**

**EDGARD KETELHUT MINARI**

**Diretor**

**MAURO MARTINELLI PEREIRA**

**Diretor**

**JOEL ANTONIO DE ARAUJO**

**Diretor de Relações com Investidores**

**PAULO ELESBÃO LIMA DA SILVA**

**Contador**

**CRC - DF 9.658/0**